



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

PROCESSOS SUBJETIVOS DA SEXUALIDADE EM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

BRUNO NOGUEIRA DA SILVA COSTA

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2005

BRUNO NOGUEIRA DA SILVA COSTA

PROCESSOS SUBJETIVOS DA SEXUALIDADE EM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Monografia apresentada como
requisito para conclusão no curso de
Psicologia do UniCEUB - Centro
Universitário de Brasília
Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz
Gonzalez Rey

BRASÍLIA/DF, NOVEMBRO DE 2005

Dedico a todos adolescentes
portadores de algum tipo de deficiência mental,
os quais nos ensinam muito sobre
a simplicidade e a complexidade de viver!

Agradeço em primeiro lugar à Deus, por ser minha força motriz, auxiliando-me nas minhas atividades e compreendendo os meus anseios.

Aos meus amáveis e ilustríssimos pais, os quais acreditaram na minha pessoa e no meu esforço, que sofreram a minha ausência várias vezes durante estes cinco anos de graduação e muitas vezes, pacientemente, eles compreenderam as minhas angústias e meus momentos tensos.

Ao meu amado e nobilíssimo irmão, Carlos Júnior, que com suas críticas construtivas me levou ao amadurecimento acadêmico e ao pensamento transformador!

À Elizabeth Nogueira, minha tia Beth, que também muito se esforçou para que eu concluísse esta etapa tão importante da minha vida.

Agradeço também à Carolina Rodrigues Rocha, pela ajuda, pelo companheirismo, compreensão, afeto e pela complacência diante dos meus ímpetos, que sabiamente, tranquilizava-me e me motivava a continuar a luta.

Agradeço também pelas pessoas que acreditaram na minha pesquisa e no meu pensamento acadêmico, como meu fidalgo e célebre orientador Fernando Luis González Rey, o qual me norteou nos momentos complexos de produção científica e com sua sabedoria trabalhou a minha ansiedade acadêmica. Mais que um professor, um amigo, que mostrou o real valor do ser humano e de ser humano.

Aos profissionais da Rede de Ensino Especial do Distrito Federal que facilitaram o desenvolvimento da pesquisa como Giselda B. Jordão de Carvalho (Diretora da Rede de Ensino Especial do DF), Ana Inês Ferreira de Abreu Meireles, Francisco das Chagas Almeida (assistente administrativo), em especial, Denise Moura (diretora do Centro de Ensino Especial – Guará), que com sua compreensão e dedicação, promoveu o bom desenvolvimento da pesquisa, à dedicada e esforçada professora Lucrécia, sinônimo de paixão e esperança pelo desenvolvimento de adolescentes portadores de deficiência mental e todos os profissionais desta escola.

Aos meus leais e condescendentes AMIGOS: Olavo Carvalho, um indescritível hilário vivaz; Keila Willer, que com sua fraternidade e dedicação, abriu portas de esperança nos momentos difíceis, onde podemos compartilhar de choros e gargalhadas; Olavo Rigon, um imensurável sábio, sempre presente em minhas crises e nas minhas conquistas, e da notável pequena Luana, pessoa que sempre motivava o meu espírito revolucionário, e que atenciosamente, compreendia os meus posicionamentos. Realmente quatro pessoas amicíssimas.

Da gratidão e do coleguismo de Daniele Jacinto Barreto de Souza e Rafaela Rabello, as quais indiretamente me ajudaram para realização deste trabalho (pessoas inesquecíveis).

Os meus sinceros agradecimentos às pessoas que possuem um lugar reservado em meu coração e que me ajudam a construir a pessoa que hoje eu sou: Caio Eduardo G. Reis e Carlos Esaú G. Reis, Cecília Lopes Tavares, Rafaelly Alves Mendes (verdadeiros irmãos extraordinários, dóceis e luminosos), e as brilhantes e graciosas amigas Anna Caroline Moura Lima, Mariana Boschini, Vanessa Moraes e Flávia Rey.

Por fim, mas não menos importante, à Márcia Nascimento Santos Freire, minha primeira chefe, à qual considero minha “mãe organizacional”, e as verdadeiras companheiras amigas de trabalho, a ilustre batalhadora Marisa Boschini, que com seu brio, iluminava sempre os meus dias, as hilárias Vilma Faria, Cristina Leão e Neidinha.

RESUMO

Por meio da concepção ontológica da subjetividade e da epistemologia qualitativa, este trabalho apresenta os processos subjetivos que adolescentes portadores de deficiência mental construíram sobre sexualidade e sexo, relatando os seus respectivos sentidos e significados. Foram desenvolvidas cinco unidades de reflexão e construção de acordo com os dados e indicadores levantados durante o curso da pesquisa, onde se analisam os processos configuracionais construídos pelos adolescentes pesquisados sobre percepção corporal, o corpo do outro, relacionamento, masturbação e sexo. Conclui-se que os adolescentes pesquisados apresentam uma história de repressão sexual, e assim, desenvolvem uma limitação na sua relação com o próprio corpo e com o corpo do outro, construindo um sentido em relação à atividade sexual propriamente dita com uma conotação de companheirismo.

Palavras-chave: Deficiência mental, Sexualidade, Subjetividade, Configurações.

ABSTRACT

Through the ontological conception of the subjectivity and of the qualitative epistemology, this work presents the subjective processes that adolescents bearers of mental deficiency built on sexuality and sex, telling their respective senses and meanings. Five units of reflection and construction were developed in agreement with the data and lifted up indicators during the course of the research, where they are analyzed the configurational processes built by the adolescents researched about corporal perception, the body of the other, relationship, masturbation and sex. It is ended that the researched adolescents present a history of sexual repression, and like this, they develop a limitation in his/her relationship with the own body and with the body of the other, building a sense in relation to the sexual activity with a companionship connotation.

Key-Words: Mental deficiency, Sexuality, Subjectivity, Configurations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
1.1. SOBRE A SUBJETIVIDADE DO SUJEITO.....	8
1.2. SOBRE DEFICIÊNCIA MENTAL.....	10
1.3. SOBRE A SEXUALIDADE.....	15
1.3.1. <i>Bases Fisiológicas da Sexualidade</i>	16
1.3.2. <i>Fases da Resposta Sexual Humana</i>	17
1.3.3. <i>Aspectos Históricos, Sociais, Culturais e Religiosos</i>	18
1.3.4. <i>Aspectos Psicológicos</i>	28
2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	30
2.1. EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA	30
2.2.1. <i>Instrumentos:</i>	32
2.3. <i>Análise das Informações</i>	35
2.3.1. <i>Legitimidade do Conhecimento</i>	36
2.4. <i>Por um Sujeito Realmente Especial</i>	37
2.5. <i>Cronograma da Pesquisa</i>	39
3. CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	41
3.1. SOBRE A PESQUISA.....	41
3.2. CENÁRIO DA PESQUISA.....	42
1ª UNIDADE DE REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO.....	43
2ª UNIDADE DE REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO.....	47
3ª UNIDADE DE REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO.....	49
4ª e 5ª UNIDADES DE REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO	51
4. CONCLUSÃO	53
RECOMENDAÇÕES	55
APÊNDICES	56
ANEXOS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com os dados do censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹, existem 2.848.684 pessoas portadoras de deficiência mental, o que significa 1,54% da população brasileira total. Desde o ano de 1992, políticas públicas vêm sendo adotadas para garantir aos portadores a inclusão em todas as esferas da sociedade e promovendo medidas que auxiliem no desenvolvimento intelectual.

No Brasil existem muitas publicações sobre deficiência mental, tanto livros como artigos científicos, porém, este número abaixa quando associa este tema com sexualidade. De acordo com Bastos & Deslandes (2005), existem cerca de 3.200 artigos científicos publicados sobre portadores de deficiência mental, mas este número cai para 21 quando se relaciona ao tão nebuloso tema da sexualidade.

Desta forma, o presente trabalho objetiva levantar as informações sobre os processos subjetivos e as respectivas configurações que adolescentes portadores de deficiência mental construíram a respeito da sexualidade.

No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica abordando a concepção de sujeito e subjetividade e a sua condição ontológica relatando a importância desta óptica para a presente pesquisa. Ainda neste capítulo, definiu-se a deficiência mental, não como doença, mas como um estado, onde a relação sociedade – pessoa portadora de tal estado é intensamente relevante para o desenvolvimento pleno desta última, e reconhecendo assim, o portador de deficiência mental como sujeito também portador de capacidades e habilidades. Para finalizar este capítulo, apresenta-se a concepção pluridisciplinar e multifatorialista da sexualidade, relatando as condições biológicas, sociais e psicológicas, frisando que sua constituição se constrói por meio da interação entre estes três principais pilares da sexualidade.

O segundo capítulo aborda a epistemologia qualitativa como fundamentação metodológica, onde relata o seu caráter construtivo-informativo, o qual reconhece as implicações da subjetividade na pesquisa e os respectivos processos emocionais envolvidos durante o curso de produção de conhecimento. Encontram-se também os instrumentos utilizados na pesquisa, como serão analisadas as informações levantadas e como se efetiva a sua legitimidade.

¹ http://portal.saude.gov.br/portal/sas/sapd/visualizar_texto.cfm?idtxt=21458&janela=1

O terceiro capítulo analisa as informações levantadas (por meio do caráter construtivo-interpretativo) durante o curso da pesquisa por meio de unidades de reflexão e construção (sobre a percepção corporal, o corpo do outro, relacionamento amoroso, masturbação e sexo), considerando o seu processo aberto e progressivo de interpretação das informações.

1. Fundamentação Teórica

1.1. Sobre a Subjetividade do Sujeito

*“A subjetividade não é um produto da cultura,
é ela mesma constitutiva na cultura,
não pode ser considerada resultado subjetivo
de processos objetivos externos a ela,
mas expressão objetiva de uma realidade subjetiva.”*
(González Rey, 2003)

Antes de relatar as implicações sobre a deficiência mental e a sexualidade, iremos abordar a concepção de sujeito, onde este é compreendido além de sua condição cognitiva, ou seja, consideramos as implicações da subjetividade caracterizada pelas configurações de sentidos e significados (González Rey, 2003,2005).

A partir desta proposta teórica não se reifica o sujeito como ocorre na proposta reducionista comportamental (por meio do emparelhamento estímulo-resposta) e nem no fatalismo psicanalítico (por meio de embates entrelaçados das entidades intrapsíquicas).

A proposta da subjetividade desenvolvida por González Rey resgata o sujeito articulando o sentido subjetivo, suas significações e as emoções envolvidas dentro de um contexto histórico-cultural (2003). Assim, a subjetividade se constitui de múltiplos elementos, processos e condições, nos quais a relevância de um não pode ser entendida fora de sua relação com os outros (Martínez, 2005).

González Rey (2003) afirma que o sujeito é um indivíduo consciente, intencional, atual, interativo e emotivo (por ser uma condição permanente na definição de sujeito, significando que a linguagem² e o pensamento³ se expressam a partir de um estado emocional⁴ de quem fala e pensa), com condições permanentes de expressar que vitalidade e socialidade (ainda adicionamos uma outra categoria intrínseca ao sujeito, que foi resgatada por Freud, que é a sexual). Porém, apesar do

² A Linguagem aqui concebida não é a expressão direta da subjetividade, mas parte do processo de subjetivação, dentro do qual, adquire sentido.

³ O pensamento é entendido como processo de sentido, ou seja, que atua somente por situações e conteúdos que implicam a emoção do sujeito, não está apenas relacionado às faculdades cognitivas.

⁴ A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda a ação (González Rey, 2003, p.242), representando os estados de ativação psíquica e fisiológica, ou seja, ela é o resultado dos complexos registros psíquico, social, fisiológico.

sujeito ser consciente, sua subjetividade representa uma realidade complexa⁵ que não é acessível de forma direta, e como o citado autor coloca, “tampouco pode ser interpretada de forma padronizada por manifestações indiretas que sejam suscetíveis de generalização, uma vez que os sentidos subjetivos aparecem de forma gradual e diferente dentro do espaço de expressão do sujeito” (*op. cit.*).

Desta maneira como a subjetividade se expressa? Para responder esta questão, González Rey desenvolveu o conceito de configuração que é definida pela integração de elementos de sentido⁶ e de significação, organizando assim, a subjetividade (2003,).

Martínez (2005) ao analisar esta concepção afirma que González Rey ao construir o conceito de configuração forma tanto a organização da subjetividade individual, como a social⁷, onde estas duas se constituem mutuamente.

González Rey ainda coloca que as configurações representam formações psíquicas dinâmicas e em constante desenvolvimento dentro de diferentes práticas sociais do sujeito (2003).

Podemos inferir que esta colocação do autor citado significa que tanto o sujeito determina a sociedade como esta constrói aquele, como coloca Martínez (2005): “Não é possível considerar a subjetividade de um espaço social desvinculada da subjetividade dos indivíduos que a constituem; do mesmo modo, não é possível compreender da constituição da subjetividade dos espaços sociais que contribuem para sua produção” (p.20).

Outra característica da subjetividade é a sua condição ontológica, pois ela se expressa por meio das configurações (as quais se integram e expressam sentidos diferentes em momentos distintos), nos informando sobre o próprio sujeito e a subjetividade social e relacionada à sua realidade, de forma contraditória, não linear (González Rey, 2005).

Assim, podemos compreender neste trabalho como os portadores de deficiência mental construíram os seus diferentes sentidos e significados relacionados às atividades da sexualidade.

⁵ A concepção de uma realidade complexa é a característica da subjetividade como algo contraditório, ou seja, o sujeito é simultaneamente moral e imoral, forte e fraco, agressivo e sensível (Mitjáns, 2005, p.17)

⁶ Sentido para González Rey é a unidade inseparável dos processos simbólicos e das emoções em um mesmo sistema, onde tanto os processos simbólicos como as emoções são impossíveis de serem compreendidos por processos padronizados e externos ao sistema subjetivo. (2005, p.21).

⁷ A subjetividade social é um sistema complexo no qual se articula processos de diferentes espaços sociais (Martínez, 2005).

É importante ressaltar que a proposta teórica da subjetividade não é um paradigma para substituir a psiquê, mas sim, como já foi relatado, para resgatar a importância daquela para melhor compreender a realidade em que o sujeito está situado e sua personalidade.

Quanto à personalidade, ela possui um caráter de sistema subjetivo auto-organizador da experiência histórica do sujeito (González Rey, 2003), ou seja, a personalidade é representada como um sistema organizado das configurações subjetivas historicamente constituídas dentro de momentos determinados em que o sujeito atua. Esses elementos constituídos se associam as diferentes experiências humanas, representando uma fonte permanente de emoção⁸.(op.cit).

Concluindo, o sujeito é compreendido como sistema de sentidos (onde o sentido é responsável pela variabilidade inconstante de diferentes formas de expressão no nível psíquico das experiências históricas-sociais do sujeito), permitindo conceber uma definição ontológica, onde reconhecemos as configurações subjetivas da personalidade, como a síntese subjetivada dos diferentes momentos e espaços sociais em que se produz o desenvolvimento do sujeito.

1.2. Sobre Deficiência Mental

*“A deficiência não é uma doença,
é um estado conseqüente de diversos infortúnios
que acarreta um comprometimento mental,
que poderá ser potencializado ou diminuído,
conforme o posicionamento da sociedade”
(Gheperlli, 1995, p. 109)*

A Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta de forma descritiva os níveis de deficiência mental e suas respectivas características. A deficiência mental é definida por este órgão internacional como uma condição de desenvolvimento interrompido ou incompleto das capacidades mentais (*apud* Dalgalarrondo, 2000).

Os quatro níveis de deficiência mental e suas características são de acordo com Dalgalarrondo (2000):

⁸ A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda a ação (González Rey, 2003, p.242), representando os estados de ativação psíquica e fisiológica, ou seja, ela é o resultado dos complexos registros psíquico, social, fisiológico.

- Deficiência Mental Leve: raramente possui uma etiologia orgânica identificada; lento desenvolvimento de aquisição da linguagem com capacidade de usar a fala adequadamente em situações do dia-a-dia; podem ser totalmente independentes em relação aos cuidados pessoais; podem desenvolver habilidades práticas e domésticas; maior habilidade para desenvolver trabalhos manuais do que intelectuais; probabilidade de desenvolver dificuldades específicas de leitura e escrita; dificuldades de lidar com conceitos abstratos complexos, raciocínio lógico e numérico; possibilidade de ter imaturidade emocional e sérias dificuldades em questões que envolva casamento e criação de filhos.
- Deficiência Mental Moderada: Os sujeitos que se inserem nesta categoria, frequentemente apresentam um desenvolvimento neuropsicomotor lentificados e incompletos, principalmente a linguagem e a compreensão; limitação quanto a aquisição de conceitos; dificilmente ultrapassam o primeiro ou o segundo ano escolar; são capazes de realizar tarefas práticas simples estruturadas e sobre supervisão técnica; alta probabilidade de serem sujeitos dependentes e probabilidades de serem portadores de incapacidades neurológicas e físicas.
- Deficiência Mental Grave: Caracteriza-se por possuir um desenvolvimento motor e neuropsicológico extremamente prejudicado e retardado, possibilidade de ter ausência parcial ou completa da capacidade comunicativa; capacidade de aprender algumas tarefas básicas relacionadas aos cuidados pessoais e higiene sobre supervisão e apoio constantes; frequentemente possuem epilepsia e demais problemas neurológicos e físicos; alguns casos com capacidade de se locomoverem sem auxílio.
- Deficiência Mental Profunda: São sujeitos gravemente limitados em sua capacidade de aprendizagem; possuem graves transtornos psicomotores, em muitos casos permanecendo restritos no leito; não possuem capacidade para a fala e nem controle voluntário dos esfíncteres; possibilidade de terem deficiências visuais e auditivas graves e demais doenças físicas; na maioria dos casos podem-se identificar lesões cerebrais, epilepsia e presença de etiologia orgânica.

Porém, o processo de diagnóstico psicológico da Deficiência Mental não é assim tão simples. Como podemos perceber os portadores de Deficiência Mental

são grupos heterogêneos uma vez que existem vários níveis de comprometimento mental, e que este público não possui o mesmo tipo de personalidade.

Freitas & Glat (1996 *apud* Anache, 2005) afirmam que os sujeitos portadores de deficiência mental possuem um nível de autonomia e inserção social menor do que outras pessoas, por sua condição orgânica, uma vez que eles foram tratados, na sua história, como pessoas independentes e incapazes de participar do convívio social.

É importante frisar que o sujeito portador de Deficiência Mental não se define por este diagnóstico, como o modelo médico adotado atualmente defende como doença crônica. Nem podemos também continuar com os estudos tradicionais reducionistas, onde o principal diagnóstico é concomitantemente a principal característica é o déficit cognitivo identificado por intermédio do índice do QI (Anache, 2005).

Desta forma, Anache (2005) constrói um novo modelo de diagnosticar o portador de Deficiência Mental, superando o modelo descritivo comportamental, buscando possibilidades explicativas sobre a dinâmica deste sujeito. Isto é, como já vimos congruente ao primeiro tópico deste capítulo, este modelo “busca” construir aproximações com as características do sujeito (não apenas o déficit cognitivo, que pode ser a característica predominante, mas não a principal), reconhecendo os seus limites, suas possibilidades de desenvolvimento (Anache, 2005), sua singularidade e os respectivos elementos constitutivos da subjetividade. Desta forma, não se importa, *a priori*, a gravidade do sujeito portador de Deficiência Mental, mas sim “importa” investigar como sua sexualidade se constitui em sua condição de Outra influência nesta pesquisa é a visão Vygotskiana, onde as funções psíquicas superiores (memória, percepção, abstração, linguagem, entre outras) se constituem por intermédio das atividades humanas no processo de socialização e o princípio de que todas as funções do desenvolvimento da pessoa surgem duas vezes, no plano social (interpsicológico) e logo depois no individual (intrapsicológico) (*apud* Anache, 2005).

Como vimos anteriormente, que o sujeito é tanto determinado como determinante, frisamos mais uma vez este aspecto, onde o portador de Deficiência Mental gera um impacto em seu ambiente (social) e este sobre aquele, que de acordo com Vygotsky (*apud* Anache, 2005) acionando vários sentimentos, com destaque os de “menos valia”, e assim este sujeito apreende sua inferioridade e

reage a isso por meio de atitudes não condizentes com a cultura (Rubenstein, 1972, *apud* Anache, 2005), já que ele é privado de se inserir na sociedade.

As atividades cognitivas de pessoas portadoras de Deficiência Mental eram, então, desta forma, analisadas por Vygotsky (1984) sobre dois aspectos: aspectos primários e secundários. Os aspectos primários se referem ao nível de comprometimento neurológico (por meio de uma avaliação médica) podendo desenvolver a delimitação secundária, caracterizada justamente pela ausência de experiências socioculturais (*apud* Anache).

Podemos perceber assim, que as complicações intelectuais não são as únicas responsáveis pelo atraso cognitivo, mas as fortes contribuições provem de fatores emocionais implicados. E estes fatores se encontram na relação entre o sujeito e o social, considerada como relação recursiva (González Rey, 2003), uma vez que recupera o caráter dialético e complexo de ser humano.

Uma grande dificuldade do sujeito portador de Deficiência Mental possui é a falta de reconhecimento por parte da sociedade em si e por parte do meio acadêmico, de suas habilidades e aptidões, onde só tem acesso a meios escassos de estimulação para auxiliar no seu respectivo desenvolvimento (Anache, 2005).

Outra falta de reconhecimento da parte da sociedade acadêmica é a construção dos processos mentais e configuracionais que os portadores de Deficiência Mental desenvolvem a respeito de seus sintomas (e demais dimensões do seu ser) ao longo de sua vida.

Superando esses paradigmas relatados podemos construir novos meios de abordar o sujeito que sofre de deficiência mental. O que se defende é a transcendência da perspectiva descritiva e determinista, a qual promove a perda da condição do ser social do sujeito, e expandir a óptica para além da Deficiência Mental, onde se pode reconhecer, assuntar e investigar as possibilidades de desenvolvimento e de capacidades, rompendo, assim, com a idéia ilegítima, equivocada, infundada e falaz de que deficiência é sinônimo de ineficiência, incapacidade, impossibilidade e fracasso.

(...) a deficiência mental consiste em complexa e multifacetada estrutura que envolve esses três aspectos (biológico, psíquico, social), sempre tendo em conta que eles podem estar individualmente presentes,

sem, no entanto, constituírem o complexo sindrômico que a caracteriza. (Sprovieri & Assumpção Jr., 2005, p.26).

Concluimos então que para o diagnóstico de Deficiência Mental é de fundamental importância que se leve em consideração os padrões culturais e lingüísticos, bem como as diferenças sociais envolvidas, a existência tanto de limitações em determinados padrões adaptativos, conseqüentes ao meio cultural em questão, quanto às limitações específicas, e a identificação de mecanismos de apoios adequados que permitam significativa melhora no funcionamento global da pessoa deficiente.

Em muitos aspectos, a problemática de deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. Há implicitamente uma relatividade cultural, que está na base do julgamento que distingue entre “deficientes” e não “deficientes”. Essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa, procura de alguma forma, “afastar” ou “excluir” os “indesejáveis”, cuja presença “ofende”, “perturba” e “ameaça” a ordem social (Fonseca, 1995, p.7).

Defendemos que o portador de deficiência mental (como qualquer outro sujeito portador de algum tipo de deficiência) possui direitos. Este sujeito existe, sente, pensa e cria. Como Fonseca afirma que “o deficiente pode não ver, mas não tem dificuldade em orientar-se ou em fazer música. Não houve, mas escreve poesia. Não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa atividade profissional ou em um esporte” (1995).

A questão da Deficiência Mental nos remete à questão de normalidade e patologia. Seria a normalidade ausência de sinais⁹, sintomas¹⁰, ou doenças? Saúde se define pelo aforismo reducionista médico: A saúde é o silêncio dos órgãos? Saúde seria uma concepção subjetiva ou sociocultural? Normalidade é regida por critérios estatísticos, onde a norma é determinada pela freqüência? Patologia é o fenômeno que transforma o sujeito disfuncional? A patologia se define pelo

⁹ Sinais: qualquer estímulo emitido pelo corpo, como dor de cabeça, dor de dente, etc, são os dados elementares da doença.

¹⁰ Sintomas: vivências subjetivas relatadas pelo paciente como queixas, aquilo que o sujeito experiência e comunica.

desenvolvimento de sofrimento para o próprio indivíduo ou para o seu grupo social? A patologia nos traz a perda de liberdade existencial? Pode-se desta forma, a partir de afirmações como a patologia ser algo disfuncional no indivíduo, considerar e rotular o sujeito portador de deficiência mental como anormal? Muitos sujeitos portadores de deficiência mental são funcionais, trabalham e produzem.

A proposta aqui abordada é a quebra de paradigmas onde o sujeito portador de deficiência mental é considerado como anormal, e resgatar o seu caráter especial, portador de dificuldades, mas também portador de capacidades e possibilidades, onde podemos realmente reconhecê-lo como sujeito.

Fonseca (1995) afirma que o termo anormal, que vigora nas leis constitucionais e na sociedade, deve ser abolido, assim como outros estigmas humilhantes, devido à sua imprecisão e ambigüidade, “pois parte do princípio de que o problema é da criança, quando muitas vezes a deficiência é o corolário do que se passa no seu envolvimento social” (p.29).

1.3. Sobre a Sexualidade

Debater sexualidade é discutir valores, normas sociais e cultura ... é buscar compreender as versões individuais que temos de um tema que é social. Dar sentido à “sexualidade de cada um” implica toma-la como uma construção histórica no âmbito das relações sociais, relacionada às formas de vida e às necessidades que a humanidade encontrou e / ou construiu”
(Kahhale, 2001, p. 189)

Ao falar de sexo e sexualidade concebemos dentro de uma definição pluridisciplinar e multifatorialista, porque a sexualidade não possui uma concepção reducionista aos processos biológicos apenas, e nem visto por influências dos fatores sócio-culturais isolados, e tampouco como fenômenos psicológicos fragmentados.

O papel biológico é potencializador e não-determinante nos processos sexuais de cada sujeito (Novikoff, 1945 *apud* Ratner, 1999). O autor citado ainda coloca que as forças sócio-culturais acabam dominando os fatores biológicos na orientação das ações do homem.

Desta maneira, inicialmente será relatado os estudos de cada área. Ressalta-se que a sexualidade e o sexo não se resumem às concepções bio-psico-sócio-culturais, mas também, envolve as influências históricas, econômicas e religiosas no ser humano.

1.3.1. Bases Fisiológicas da Sexualidade

O comportamento sexual é um comportamento motivado, envolvendo mecanismos neurais (Brandão 2002), onde a partir do desenvolvimento sexual físico é que se processará todo o desenvolvimento da sexualidade sob a óptica erótica (Sprovieri & Assumpção Jr., 2005).

Fisiologicamente, o ato sexual é controlado pelos sistemas endócrino e nervoso. De acordo com Brandão (2002), o comportamento sexual (e reprodutivo) é regulado por meio de hormônios lançados na circulação sanguínea pelas glândulas sexuais e pela adenoipófise (hipófise anterior). Os hormônios lançados no sangue são o hormônio folículo-estimulante (FSH) e o hormônio luteinizante (LH). Apesar de ambos serem excretados em ambos os sexos, possuem funções diferentes em cada gênero.

No sexo feminino, o FSH é responsável pelo crescimento e desenvolvimento folicular, enquanto o LH é responsável pela ovulação e formação do corpo lúteo.

Durante o período de desenvolvimento dos folículos, o índice de FSH é maior do que de LH. Estes folículos são responsáveis pela secreção de estrógeno.

A maior quantidade de FSH permanece até o amadurecimento do folículo, resultando na ovulação. A partir deste momento, o estrógeno desenvolve duas funções: inibir a secreção de FSH e estimular a produção de LH. Uma vez que este é o hormônio mais importante na manutenção do corpo lúteo. Com declínio de FSH, os demais folículos sofrem uma atrofia. E o declínio lúteo produz progesterona, ocorrendo assim, a menstruação, assegurando que ela seja breve e essencialmente fisiológica (Brandão 2002).

Os estrógenos também atuam como os principais responsáveis pelas características sexuais secundárias femininas, ou seja, desenvolve e gera o crescimento da vagina, útero, trompas de falópio, e mamas; modelando os contornos do corpo, crescimento dos pêlos pubianos e axilares e o desenvolvimento da pigmentação regional dos mamilos e aréolas.

Já no sexo masculino, o FSH estimula os elementos de germinação dos testículos, e o LH ativa as células de Leydig¹¹ (Brandão 2002)

Nos homens, diferentemente do sexo feminino, onde ambos os hormônios gonadotróficos (FSH e LH) estão envolvidos, apenas o LH desempenha um papel

¹¹ Células de Leydig: Células secretoras de andrógenos do tecido intersticial do testículo.

predominante nos testículos, estimulando as células de Leydig a secretar andrógenos, seminíferos, contribuindo para o crescimento e o aumento do peso testicular. Já o FSH é responsável pela integridade anatômica dos túbulos seminíferos e sob sua influência, o processo de produção de espermatozóide (*op.cit.*)

A ação conjunta do FSH do LH, durante a fase da puberdade, inicia o crescimento testicular aumentando ainda mais a produção de testosterona, e assim, desenvolvendo o crescimento do pênis e conseqüentemente o engrossamento da voz.

Antes de prosseguir com as fases das respostas sexuais, relatam-se algumas ressalvas desenvolvidas por Ratner (1995), o qual afirma que a atividade sexual (como já vimos) não se reduz pelo determinismo das manifestações biológicas, onde diferente de “animais fêmeas”, a “humana fêmea” é continuamente receptiva sexualmente durante todo ciclo menstrual, independente das mudanças hormonais, onde estudos relatados pelo citado autor, com mulheres jovens, desprovidas totalmente de todo tipo de hormônio ovariano, afirmam desejos e fantasias relacionadas no erotismo.

Não se pretende com isso dizer que as questões biológicas não são importantes para o desenvolvimento da atividade sexual, porém elas não são determinantes no tipo de atividade sexual, assim como Ratner coloca que os impulsos são socialmente construídos, como, por exemplo, o sexo pode ser usado na intenção de reprodução, amor, expressão de poder, redução e até para prover necessidades financeiras.

A questão hormonal também não influencia na identidade de gênero em masculino ou feminino, e a troca de identidade é uma escolha psicológica, mediada por valores sociais e por construções subjetivas do corpo.

1.3.2. Fases da Resposta Sexual Humana

Vários teóricos como Ellis (1987), Kaplan (1974), Master & Johnson (1966) e atualmente Cavalcanti & Cavalcanti (1996) estudaram e desenvolveram as fases das respostas sexuais. No presente trabalho, considera-se o modelo de Cavalcanti &

Cavalcanti cujos propuseram uma nova classificação tetrafásica da resposta sexual humana, caracterizada da seguinte forma:

- Fase de Apetência: Uma etapa subjetiva caracterizada de desejos;
- Fase da Excitação: trata-se de uma etapa manifestada pelo binômio vasocongestão (é uma reação miotômica, onde o sistema nervoso simpático é dominante). Outra característica desta etapa é o seu caráter subjetivo relacionado ao sinônimo da excitação sexual crescente;
- Fase do orgasmo: Caracteriza-se pelo quadro miotômico de contrações musculares reflexas. Nos aspectos subjetivos ocorre a sensação de prazer sexual, perda da acuidade dos sentidos, e sensação de desligamento do meio externo. Ainda nesta fase, existe a dominância do sistema simpático;
- Fase de Relaxamento: O que caracteriza esta fase é o é o progressivo retorno do orgasmo às condições basais, relaxamento muscular, descongestão sanguínea, concomitantemente, ocorrendo processos subjetivos relacionados à sensação de alívio e de cansaço, com retorno à plenitude sensorial (Cavalcanti & Cavalcanti 1997).

Porém, esses autores ressaltam que apesar destas fases possuírem características distintas, elas não são concebidas como unidades isoladas, mas sim, como um processo unitário, seqüencial, contínuo, ordenado e inseparável.

1.3.3. Aspectos Históricos, Sociais, Culturais e Religiosos

Para compreender a história da sexualidade humana e a sexualidade propriamente dita em cada sujeito ou até mesmo para realizar qualquer estudo ou trabalho, é importante ressaltar que a ela não é unidimensional, mas sim multidimensional, ou seja, ela não pode ser perscrutada apenas pela óptica biológica, ou por processos psicológicos, mas temos que abranger incluir e unir às demais dimensões associadas como a cultural, a social, a religiosa, a ética, política, econômica, (Araújo, 1999; Cabral, 1995; Caridade, 1999) e não menos importante a subjetiva (González Rey, 2003).

A história da sexualidade, para Richard Gordon (1996), começa a ser construída a partir de uma citação bíblica do livro dos Gêneses, onde Deus cria o homem e a mulher, os abençoa e diz: “Frutificai... e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a...” (cf Gn 1, 28). Um pouco mais adiante neste mesmo livro bíblico, Deus expulsa suas criaturas por terem desobedecido a uma ordem, a qual era não comer o fruto da árvore proibida, a árvore do conhecimento do bem e do mal. Desta forma, Adão e Eva são expulsos do jardim do Édem e com este fato bíblico, um pensamento “puritano” começa a tomar forma no século IV d.C. com Santo Agostinho, onde este coloca o corpo como origem de todo o mal (Agostinho, 1989 *apud* Cabral, 1995).

Mas antes de prosseguir este fato, iniciaremos relatando as práticas e conhecimentos sexuais na Antiguidade (clássica) greco-romana, e a influência judaico-cristã para a construção da sexualidade no mundo ocidental contemporâneo.

Grécia

Na Grécia antiga o corpo era extremamente cultuado pela aparência física, e assim, quem possuía um corpo escultural abrigava um espírito nobre. Era a crença no princípio da simetria, onde todas as coisas, tanto materiais quanto morais possuíam harmonia, e logicamente, quem portava um corpo tenro ou lânguido possuía uma alma lúgubre e denegrada (Araújo, 1999, p. 16; Cabral, 1995).

Uma das práticas características na Grécia Antiga era a *Paiderastia* (pederastia – relação sexual entre um homem e um rapaz bem jovem), que designava o amor, a relação afetiva entre um jovem discípulo e o seu mestre, onde o último, em troca deste amor, ensinava todas as coisas necessárias para o desenvolvimento pleno intelectual do primeiro (*idem*). Araújo (1999) coloca que este ato era de uma relação de dominância, que não sofria preconização e nem estigmas, mas sim era valorizado, desde que a pederastia estivesse ligada à educação, e que os jovens já estivessem na fase da puberdade.

Uma outra prática sexual bem comum entre os gregos era a homossexualidade, a qual possuía concepções diferentes das do período contemporâneo. Os gregos valorizavam o amor entre dois homens (e até mesmo entre as mulheres), sem desnivelar este relacionamento, porém o homem que se comportava de forma efeminada perante a sociedade era discriminado, pois a homossexualidade não era definida como inversão sexual (*idem*).

O regime grego era de base patriarcalista, isto é, a mulher pertencia sempre a um homem. Primeiro pertencia ao pai o qual passava a sua autoridade ao marido, que muitas vezes este era estipulado pelo pai. Quando em caso de óbito do pai, e a mulher ainda não é casada, o irmão assume a responsabilidade (Cabral, 1995).

Pensamentos como de Sócrates, Aristóteles e Platão reforçavam a submissão da mulher ao homem, chegando a tal ponto de levantar a dúvida da mulher ser um ser diferente, ou seja, não portadora de alma como suspeitou Platão (Araújo, 1999), sendo que este filósofo definia alma como intelecto e vontade (*ibidem*).

A mulher passava a maior parte de seu tempo em serviços domiciliares, não tinha direito a educação formal e nem a participação política. Era limitada a sair de seus aposentos somente acompanhada e deveria evitar os contatos físicos com os homens, em exceção ao esposo e familiares. O único valor reconhecido da mulher era a sua função de procriar (*gyne*) (Cabral, 1995).

O que podemos observar é que os gregos desprezavam a mulher, conceituando-as como seres inferiores, tanto físicos como mentalmente (Cabral, 1995; King, 1998).

Por meio destas concepções, King (*idem*) relata que o alicerce da expressão da sexualidade se centralizava na desigualdade, e esta desigualdade não se restringia apenas nas diferenças de gênero, mas abrangia nos relacionamentos homossexuais masculinos, onde, por exemplo, jamais um homem livre poderia ser um parceiro passivo de um escravo ou de um estrangeiro. Era desaprovado o relacionamento sexual entre dois homens livres e de mesma idade. O que realmente importava em uma relação sexual (fosse hetero, fosse homossexual) era a distinção entre penetrador e penetrado, estabelecendo uma relação de dominância. Essa posição os romanos também consideravam como um ponto importante. (Araújo, 1999; Cabral, 1995; King, 1998).

Quanto à questão da virgindade, encontramos algumas dicotomias entre os teóricos da história da sexualidade. Araújo (1999) relata que os gregos não valorizavam a virgindade, pois esta aumentava o valor da nubildade da noiva. Já Cabral (1995) coloca que as qualidades que uma mulher deveria portar para se casar era a castidade. Além desta característica deveria ter habilidades em costura, fiação e tecelagem. Ser capaz em administrar os empregados da casa, conter os gastos financeiros e gerar filhos.

O casamento era monogâmico, porém era caracterizado tanto da parte do marido quanto da parte da esposa por traições. Elas o traíam com outras mulheres na maioria das vezes, pois seria muito arriscado trair com outro homem. E muitas vezes a traição ocorria por causa da ausência do marido, o qual permanecia longos períodos na guerra (Araújo, 1999; Cabral, 1995).

Tanto o homem quanto a mulher tinham direito ao divórcio, porém só era concedido à mulher em caso de provocações extremas como a traição. Já o homem poderia repudiar a sua esposa por qualquer motivo (*idem*).

Assim como nos tempos atuais, na Grécia antiga a prática da prostituição também existia, porém com ópticas diferentes. A prostituição tinha a função de resguardar as mulheres livres dos jovens afoitos, preservando assim a pureza e a castidade das mulheres livres (Cabral, 1995).

Já naquela época eram publicados tratados sobre o sexo e as práticas sexuais (King, 1998), porém pensadores renomados e conhecidos condenavam tais práticas, como Platão e Aristóteles, influenciando assim os doutores da igreja católica, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Platão afirmava que para ser um verdadeiro cidadão, era necessário que o ser humano superasse o prazer, ou seja, controlar os seus desejos sexuais no sentido de reprimi-los. Caso submete-se a esses impulsos, o sujeito era considerado como um pusilânime, um vil cidadão (*ibidem*).

Já Aristóteles (*ibidem*) afirmava que entre o homem e a mulher existia o princípio da “complementaridade natural”, que a humanidade inclina-se naturalmente ao acasalamento, uma vez que a reprodução é comum e necessária à humanidade. Aristóteles ainda acrescenta que o adultério de ambas as partes deve ser evitado, pois considera este ato como infame e merecedor de algum tipo de pena. Este pensador também contribuiu para a preconização da mulher, defendendo que o masculino é a civilização e o feminino é o ser selvagem, de natureza fraca e dependente do homem.

Roma

Diferentemente da Grécia, de acordo com Araújo (1999), os romanos valorizavam a virgindade na mulher, pois uma vez que esta já tivesse experiências sexuais, poderia aumentar a probabilidade de infidelidade ao marido.

Moralmente, os romanos eram considerados como rígidos e disciplinados e descartavam a frivolidade (*op.cit.*).

Tal como na Grécia, a mulher também pertencia a algum homem (fosse ao pai, fosse ao marido), e não eram consideradas cidadãs.

Em Roma havia três tipos de casamento:

- *Confarreatio*: Era realizado entre os nobres e as pessoas pertencentes à elite. Um ritual bastante pomposo e cerimonioso, invocando a presença e as bênçãos dos deuses. Era uma união de difícil dissolução, principalmente por envolver interesses políticos. Este tipo de celebração matrimonial se prolongava por longos dias de festividades.
- *Coemptio*: Considerada como a versão plebéia do *Confarreatio*, e assim como este era considerado como legalizado. A união era vista como propriedade, uma vez que o marido pagava ao pai da noiva para tê-la.
- *Usus*: Um tipo de parceria eqüitativa. Só tornava uma união legal quando a convivência entre a vida comum completasse um ano juntos sem interrupção. Antes de completar este período, a mulher continua pertencendo ao pai. Caso a mulher ficasse três dias e três noites seguidos fora de casa, a união era desfeita (Araújo, 1999; Cabral, 1995).

Os homens poderiam ser infiéis, mas caso as mulheres os traíssem, elas eram punidas com a morte, já os homens continuariam ilesos. E tanto para as mulheres quanto para os homens, qualquer motivo poderia ser alegado no divórcio, como a futilidade da parte de um, como a imoralidade da parte de outro, e até mesmo por motivo de velhice. Por fim, quanto ao casamento, a funcionalidade deste estava ligada à legitimidade da descendência, mesmo que o filho fosse fruto de uma traição, ele era considerado da própria união matrimonial. Na realidade, o casamento entre os romanos, muitas vezes, tinha fortes laços políticos e econômicos (Cabral, 1995).

Quanto aos relacionamentos afetivos, o homossexualismo e o bissexualismo eram praticados pelos romanos, mas não tinham o mesmo significado de pederastia que os gregos, porém para eles também, os homens livres não poderiam ser os parceiros passivos, somente ativos (Araújo, 1999; Cabral, 1995).

A prostituição era aceita como uma profissão com a mesma finalidade dos gregos: proteger a virgindade das mulheres livres. Sendo assim, esta profissão

servia de peça fundamental na ordem social, uma necessidade à higiene pública (*idem*).

De acordo com Cabral (1995) os romanos misturavam poder, fé, religião e sexo, reverenciando as deusas como Flora e Vênus. Misturavam também o apetite sexual com a necessidade de se alimentar, e assim realizavam grandes festas baseadas de muita comida, bebida e orgias.

Muitos historiadores consideram este período de Roma como a cidade dos contrastes, uma vez que era caracterizada pelas práticas de orgias e festas abundantes de um lado e por outro havia características de miséria e moralismo dos judeus e logo depois dos cristãos (*ibidem*).

Os judeus acreditavam que a procriação seria a razão básica para o relacionamento sexual, e condenavam qualquer tipo de relação sexual em que o sêmem não fosse depositado na vagina, e assim repudiavam a relação anal e o coito interrompido. Também condenavam a prostituição e a infidelidade do casal. Porém, somente a mulher era punida, por meio do apedrejamento (Araújo, 1999).

No decorrer dos séculos II, III e IV d.C. inicia uma forte repressão da sexualidade e extrema valorização da virgindade e da castidade, que se inicia pelos discípulos de Jesus como São Paulo e sendo continuado por pensadores da instituição da Igreja Católica como Santo Agostinho.

São Paulo coloca que a castidade é um dom concedido por Deus e que nem todos conseguem praticar tal ato. Desta forma condena também a continência prolongada entre os casais, pois este fato poderia dar espaço para a traição (cf. Carta de Coríntios cap. 7).

Civilização Cristã

De acordo com Cabral (1995), São Paulo fez com que a doutrina cristã passasse a ter uma visão dualista na relação entre corpo e alma. E no decorrer do desenvolvimento e da ocidentalização do cristianismo, a matéria (corpo) e o prazer físico são interpretados como intrinsecamente maus. É importante ressaltar que a dualidade cristã não é a mesma dualidade platônica, onde corpo e alma estão unificados, mas sim difundidos.

O cristianismo assim inicia um novo processo na sociedade, com novos valores, tais como, o ideal da virgindade, no sentido de pureza, a exaltação da continência, a condenação do adultério e a proibição do divórcio.

E como iniciamos o relato sobre a história da sexualidade com o texto da criação e da expulsão do homem do jardim de Deus, uma linha de pensamento começa a ser criada, configurando o sexo como uma “obra demoníaca”, muitas vezes ligada ao símbolo da serpente, como algo maldoso.

Santo Agostinho, um dos grandes pensadores e difusores do pensamento patrístico, defendia que o sexo com prazer e sem intenção de procriação é pecado, que o sexo deveria ser um ato frio e mecânico. E por fim, todo ato que gerasse prazer corporal ou sexual deveria ser repudiado, uma vez que estes atos eram considerados degradantes, indecorosos, imundos e vergonhosos (Cabral, 1995).

Esta fase do cristianismo começa então a trazer modificações em todos os tipos de relacionamentos afetivos, proibindo a sexualidade, a prostituição, a poligamia, a contracepção, a felação, relações anais e o adultério. E que o casal deveria manter uma vida de castidade em função do bem estar da família (Araújo, 1999; Cabral, 1995).

Com esta nova filosofia de vida, solidifica uma configuração platônica de que vencer e superar o desejo, a paixão, enobrecia a alma e o sujeito.

Período Medieval

Uma nova visão de homem é construída, sendo compreendido como um mero mortal, sujeito às leis sobrenaturais, mas estas eram criadas por homens em nome de Deus (Cabral, 1995).

No século V d.C. um novo sistema político nasce, o feudalismo, o qual é um processo gradativo e paulatino, por meio da unificação das sociedades romana e germânica. Foi um período também de guerras intensas, permanecendo a força de uma instituição, a igreja cristã. E durante este período, o casamento estava ligado aos interesses político-familiares. E assim, amor e casamento nem sempre estavam associados (*ibidem*).

O ideal do amor no período feudal era o amor espiritual, abstrato e sem sexo. Neste tempo também, apesar do amor estar desvinculado ao casamento e vice-versa, este era indissolúvel e regado por leis da igreja cristã (*Idem*).

Os novos valores masculinos são permeados e caracterizados pela virilidade, coragem, e passa a ser considerado o senhor da família. Já as mulheres, ainda eram exaltadas à importância da virgindade, da fidelidade e a sua submissão ao homem. Apesar de o homem continuar sendo infiel, este não era punido, já as

mulheres que praticavam o adultério, ficavam por conta da família e do marido promover a vingança, uma vez que a infidelidade feminina era intolerável (*Idem*).

No século VIII, inicia o trovadorismo e a busca do amor puro, excluindo o sexo e afirmando que o verdadeiro amor era um sentimento de posse não satisfeito.

No século XVI intensifica a repressão da sexualidade, principalmente o elemento feminino.

Neste período inicia o Renascimento (transição entre a Idade Média e a Idade Moderna), iniciando também o declínio da espiritualidade, e as pessoas começam a pensar em si mesmas e aceitar como naturais os impulsos e desejos sexuais.

Cabral (1995) relata que as mulheres e as crianças começam a ter mais atenção e dignidade, e uma nova forma de relacionamento entre homem-mulher torna-se um costume: Amores de Aliança. Muito praticado entre os revolucionários culturais da época como Michelangelo e Vitória Colonna, e Montaigne e Marie de Gournay. Este tipo de amor é o amor-amizade ou também considerado como amor platônico.

O período medieval também foi caracterizado pela Reforma protestante, onde Lutero defende ainda a prática sexual somente após o casamento, regulando o prazer entre os protestantes, e o corpo deveria ser expiado por meio do trabalho. Lutero também promoveu o individualismo religioso, ou seja, que os cristãos não precisassem se confessar ao padre, mas diretamente à Deus. A igreja, agora considerada católica, realiza a contra-reforma, aumentando o rigor à sexualidade, e defendendo que todos os fornicadores e invertidos estão condenados ao inferno. A igreja também começa a desenvolver a “cultura da vergonha”, uma vez que solicita a sociedade uma nova orientação de prática sexual, onde esta deveria ser realizada por uma “barreira”, a qual é a ordem que os cônjuges deveriam utilizar uma camisola contendo uma abertura na altura dos genitais. Foi proibido o banho coletivo, e este deveria ser tomado de camisolão (*idem*).

Ainda nesta época nasce a burguesia e novas transformações de valores ocorrem como o desprezo das frivolidades praticadas pela nobreza, censurando o prazer pelo prazer, condenando a ociosidade, aumentando o interesse pelas ciências e exaltando a economia e a moderação. Ocorreu também no meio de todas essas transformações, um processo de modernização, onde as casas passaram de lares sem barreiras, ou seja, não possuíam janelas e nem portas, para lares cheios de fronteiras, fazendo com que os sujeitos se isolassem da família e da sociedade.

O surgimento do quarto na casa faz com que o sexo se torne de domínio privado. E assim nasce a intimidade do sujeito (Araújo, 1999).

Idade Moderna

O século XVIII foi um período de fortes construções de tabus quanto à sexualidade, tornando-a mais reprimida, e rejeitando qualquer atividade prazerosa.

Não só a religião, mas também os corpos científicos da época estavam interessados em combater a sexualidade, afirmando, por exemplo, que a masturbação era a causadora de doenças simples e complexas, desde o desenvolvimento de acnes como o desenvolvimento de doenças mentais (Araújo, 1999; Leiblum & Pervin, 1982; Silva, 2001).

Apesar de uma onda de puritanismo iniciar no século XVI (Cabral, 1995), o rigor puritano toma a sua forma mais repressiva no período vitoriano, onde as mulheres são caracterizadas como indolentes e apáticas. O marido se dedicava a proteger a integridade física, moral, religiosa e sexual da esposa, chegando a tal ponto que o exame médico fosse proibido (principalmente o ginecológico). E assim, todo ser humano que desconhecia o próprio corpo se encontrava marcado pelo sinal da pureza. Delicadeza e ignorância passaram a ser o modelo de mulher ideal da classe média vitoriana.

Foucault (1999) afirma que o período vitoriano foi de uma “pudicícia imperial”, onde a presença da extrema defesa da castidade era sinônima de decência e recato exterior. Este autor ainda afirma que essa sexualidade era contida, reprimida e hipócrita, restringindo-a apenas na família, onde esta poderia ter total controle sobre as dimensões da sexualidade e reduzindo a função do sexo apenas como o único meio de reprodução da espécie.

É possível inferir que na era vitoriana o conceito de sexualidade sofreu um processo de reificação, uma vez que as construções teóricas do período o simplificavam a função única de reprodução, sendo o ato sexual negado socialmente para quaisquer outros fins (Foucault, 1999; Leiblum; Pervin, 1982; Silva, 2001).

Já na segunda metade do século XIX, a moral e a ideologia vigentes sofrem uma série de rupturas por fatos históricos-teóricos como o desenvolvimento das teorias de Darwin (evolucionismo), de Marx (materialismo histórico), de Nietzsche (crítica à moral vigente) e por Freud, onde este identifica e reconhece o valor da sexualidade, nos permitindo a ver o homem além de um ser social, histórico, cultural,

mas também é um ser sexuado¹², e onde a sexualidade é a base de qualquer expressão humana (Cabral, 1995) , e diferentemente de autores como Krafft-Ebing (Leiblum, Pervin, 1982; Silva, 2001), Lyttelton e Robert e Agnes Banden-Powell (Leiblum, Pervin, 1982) os quais olhavam a sexualidade como algo nocivo à saúde humana e um alarme no desenvolvimento de adolescentes, Freud, segundo Cabral (1995) tinha uma perspectiva que a sexualidade é inerente ao ser humano e focaliza na cura das doenças psicológicas, revolucionando o pensamento de sua época e criando assim a psicanálise.

Foucault ainda levanta três graves consequências da repressão sexual para a sociedade vitoriana as quais formam o tripé do puritanismo: “injunção do silêncio, inexistência do prazer sexual, e o mutismo da sexualidade”, ou seja, que nada existe para saber e pesquisar sobre tal tema (1999 p.10-12).

Este tipo de discurso repressivo dominante na época revelava que as dimensões religiosas e políticas sobre o sexo construíram uma relação de poder sobre as pessoas, onde a primeira invadia a intimidade das pessoas, obrigando-as a confessar e a serem vigiadas pela própria instituição, e a segunda relacionada diretamente ao sistema vigente, o capitalismo, onde este não proibia a expressão da sexualidade, porém o capitalismo não podia se desenvolver sem privá-la, fazendo com que as pessoas declarassem a sua vida e o seu tempo à produção e ao trabalho (Foucault, 1999, *apud* Ribeiro, 1999).

Sexualidade Contemporânea

Grandes mudanças ocorreram quanto aos valores da sexualidade na sociedade contemporânea, saindo de uma noção de repressão para uma de estimulação. Silva (1989) relata que no período de pós-guerra, foi descoberta a grande solução do marketing industrial, a qual é que o sexo estimula o consumo, e assim o sexo foi perdendo o seu mistério e o seu mutismo e foi sendo apresentado por meios não benéficos e taxativos.

Silva (*op.cit*) levanta uma questão quanto a este fato. Ele considera que a sociedade reprimida se tornou em uma sociedade hiperssexualizada, e esta hiperssexualização pode provocar nas pessoas um estado de frustração, uma vez que o sexo se torna industrializado, e muitas vezes inalcançável. Esta

¹² Já vimos anteriormente que o sujeito também é um ser emotivo, de acordo com a construção teórica de González Rey.

hiperssexualidade também é criticada uma vez que ela transforma as pessoas em produtos e os seus respectivos relacionamentos em consumo, muitas vezes análogo ao consumo de um copo descartável.

Uma outra crítica do atual fenômeno contemporâneo colocado por Silva (*op.cit*), é que o sexo antes visto como apenas objeto de reprodução da espécie, é agora transformado como objeto de premiação, onde o verdadeiro homem tem que ser 100% potente sexualmente e a mulher não tem o direito, mas o dever de ser orgástica.

Talvez estes acontecimentos sejam as dicotomias das conseqüências da repressão sexual colocada por Foucault, ao proferir que o dispositivo da repressão poderia levar a um dispositivo da liberação sexual, mas uma liberação caracterizada por práticas sexuais desorientadas, definidas pela omissão e deturpação dos papéis masculino e feminino frente à sociedade (Foucault, 1999).

Faz-se necessário, desta forma, desenvolver uma óptica sobre o sexo e a sexualidade onde possa contribuir na constituição de um “Eu”, por meio do outro e com o outro, onde este possa ser valorizado e não consumido.

1.3.4. Aspectos Psicológicos

Do ponto de vista psicológico, sexo e sexualidade são considerados dentro das construções configuracionais e de sentido subjetivo particulares, próprio do sujeito.

Cavalcanti & Cavalcanti (1996) afirmam que o importante no aspecto psicológico é a satisfação pessoal ou adequação sexual de cada sujeito. Porém, para realizar o cenário relatado acima, é peremptório que esteja relacionado, não somente em nível intrapessoal, mas também em nível interpessoal.

A expressão sexual do sujeito não precisa estar diretamente relacionada aos padrões da norma sociológica, como, por exemplo, um casal sadomasoquista (parafilia), onde caso se realiza o tratamento do sadismo de um e do masoquismo de outro, é sinônimo de promover a insatisfação sexual de ambos.

Então, parte-se do pressuposto, que o destino do sexo é a busca de um prazer intenso, promovendo emoções positivas e auto-realização.

A constituição da sexualidade, dentro de uma perspectiva sócio-histórica, de acordo com Kahhale (2001) antecede ao nascimento, uma vez que se encontram

implicados aspectos de manter ou não a gravidez, tais como, o significado de uma criança dentro de determinada sociedade; sobre o seu respectivo sexo; quais papéis e funções esta desempenhará em tal grupo social? Após o nascimento, a criança receberá um nome, o qual expressa o gênero (masculino ou feminino) sendo tratado como tal. Desta forma, a citada autora (*op.cit*) levanta uma série de situações que auxilia a criança a constituir sua sexualidade, que são:

- Como os contatos corporais são expressos com ela mesma e com os outros ao seu redor?
- Qual é a influência dos nomes dados que se referem ao gênero, aos órgãos genitais (e demais partes do corpo), às relações de gênero e às relações afetivo-sexuais?
- Em quais situações e contextos, os aspectos relacionados à sexualidade podem ser verbalizados?
- Quais e quando as relações afetivo-sexuais entre gêneros podem ser expressas concretamente ou camufladas?
- O que é permitido enquanto atividade, vestuário, modos de comportar-se e falar para os diferentes gêneros?

Outras questões que devem ser inseridas são:

Como lidar com o corpo que se transforma? Que opção sexual seguir? Quando iniciar uma atividade afetiva-sexual?

Estas respostas começam a tomar forma e a serem explicitadas com o início da puberdade e nas relações de grupo que os adolescentes se inserem, respectivamente com a sua interação com condições ambientais, econômicas, sociais e históricas, as quais limitam ou abre possibilidades de simbolização e de comportamento.

Para concluir sobre a complexidade da sexualidade, temos que estudá-la e analisá-la sempre considerando os aspectos psicológicos, subjetivos e orgânicos, os quais interagem entre si, atuando dentro de uma realidade no plano social, e onde essas dimensões do ser humano não estão separadas, mas imbricadas, formando um único plano.

2. Fundamentação Metodológica

2.1. Epistemologia Qualitativa

A epistemologia a ser aplicada neste trabalho será a qualitativa, uma vez que a intenção da presente pesquisa não se destina a provar hipóteses e nem verificar estatisticamente os resultados, mas sim em construir, ou seja, não objetiva de modo formal definir as hipóteses, mas sim produzir conhecimento. Porém observamos que a verificação de resultados, apesar de não ser o objetivo da epistemologia qualitativa, não descarta o seu valor, uma vez que a verificação aparece como um momento do processo de pesquisa. E para a verificação, González Rey (2003) desenvolveu o conceito de indicador, que é definido como “unidades identificáveis de um momento empírico, mas cujo valor para a investigação é inseparável da interpretação do investigador” (p. 269).

Desta forma a pesquisa qualitativa se define essencialmente pelos processos implicados na construção do conhecimento e pela forma de produzi-lo (González Rey, 2002).

O que o citado autor propõe é uma quebra de paradigmas adotados na pesquisa psicológica urdindo com que a pesquisa qualitativa nos leve a uma reflexão epistemológica alternativa que explique os processos envolvidos na metodologia adotada (*idem*).

A proposta da epistemologia qualitativa é gerar novas características à ciência, ou seja, ela não é apenas um instrumento da objetividade e da racionalidade, mas também da subjetividade, implicando a emoção, a individualização e a expressão íntegra do fluxo do pesquisador (González Rey, 2002, 2003). Isso faz com que o pesquisador seja um agente interativo, participativo e interventor, onde este considera o caráter subjetivo do objeto da pesquisa.

O paradigma qualitativo não propõe uma padronização metodológica no decurso da pesquisa e assim não corremos o perigo de reificar o objeto e seus referentes estudos e nem caímos na obsessão da objetivação do conhecimento.

González Rey (2002) apresenta a tríade da epistemologia qualitativa, transcendendo a objetividade científica e extinguindo os limites do conhecimento, o qual está associado diretamente à cultura, à organização social e à práxis histórica.

O primeiro ponto da abordagem qualitativa é a concepção de conhecimento como produção construtiva – interpretativa. Esta característica significa que o

conhecimento não pode se reduzir apenas pela soma dos fatos definidos e nem se limita em seu aspecto descritivo. Esta nova óptica sobre o conhecimento traz a necessidade de o pesquisador gerar sentidos às expressões do sujeito estudado. Como González Rey (2003) coloca:

(...) A epistemologia qualitativa é um processo de construção de conhecimento sobre um objeto que tem caráter construtivo-interpretativo, uma vez que as diferentes formas de expressão do sujeito só são possíveis de ser visualizadas na medida em que são localizadas dentro de espaços teóricos construídos hipoteticamente mediante processos de interpretação e construção do investigador (p. 267).

O segundo ponto fundamentando o paradigma qualitativo é o seu caráter interativo no processo de produção do conhecimento (González Rey, 2002). Este caráter enfatiza a importância da dimensão interativa entre pesquisador-pesquisado como condição principal para o desenvolvimento da pesquisa e como orientação a ressignificação dos processos de comunicação no nível metodológico. Sobre o processo conjunto de reflexão entre investigador – investigado, o citado autor coloca:

(sobre a abordagem qualitativa) utiliza o caráter dialógico da investigação qualitativa, onde este caráter rompe com a neutralidade do investigador, mas obriga este a manter uma relação ativa com as pessoas pesquisadas, o que faz deste momento não só um momento de coleta de dados, mas também um importante momento de produção teórica (González Rey, 2003, p. 268).

E completando essa tríade, o reconhecimento da significação da singularidade como nível legítimo de produção do conhecimento. A dimensão da singularidade é utilizada na pesquisa como um momento diferenciado e subjetivado, isto é, o sujeito é identificado como forma única subjetiva e não como uma forma generalista e objetiva. Porém, González Rey (2003) faz uma ressalva importante quanto ao valor singular na produção científica, onde este pode ter tanto valor de generalização com relação ao problema estudado como outras formas de opção populacional. O poder

de generalização não está na informação proporcionada pelo caso abstrato estudado, mas sim pela relação entre tal informação e o processo de construção teórica em desenvolvimento que antecipa o contato dos investigados com o caso.

É importante relatar também, que de acordo com González Rey (2002), a epistemologia qualitativa está voltada para a elucidação, para o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade, não objetivando a predição, a descrição e o controle. Como Minayo (2002) salienta que “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 23).

Por fim, podemos observar que de acordo com González Rey (2002, 2005) a epistemologia qualitativa não é uma concepção instrumental, mas sim uma definição epistemológica e teórica.

No presente trabalho utilizar-se-á como instrumento o grupo focal, o uso de dinâmicas de grupo e suas respectivas formas de relação grupal e principalmente o diálogo.

Antes de conceituar tais instrumentos, é importante posicionar o uso dos instrumentos na abordagem qualitativa.

O instrumento não possui uma perspectiva de fonte de produção de dados válidos, mas é uma fonte de informações sobre o objeto estudado (González Rey, 2002, 2005), a qual adquirirá sentido dentro do conjunto de informações produzidas pelo sujeito estudado. O uso de instrumentos para González Rey (2005) representa “um momento de uma dinâmica, na qual para o grupo ou para as pessoas pesquisadas, o espaço social da pesquisa se converteu em um espaço portador de sentido subjetivo” (p.45).

E assim, os instrumentos utilizados no presente trabalho serão meios interativos entre pesquisador-pesquisado suscetíveis de uma multiplicidade de usos dentro do processo investigável (González Rey, 2004), encontrando-se dentro de um espaço implicado pela relação constante entre o profissional, o científico e o pessoal (González Rey, 2005).

2.2.1. Instrumentos:

Na presente pesquisa o Grupo Focal será utilizado como um método da pesquisa qualitativa no intuito de compreender os processos constitutivos e

significativos da sexualidade em adolescentes portadores de deficiência mental que foram construídos.

O Grupo Focal não é uma espécie de entrevista estruturada ou semi-estruturada. A característica essencial do Grupo Focal “consiste justamente em se apoiar na interação entre seus participantes” (Carlini-Cotrim, 1996). Levantando assim informações a respeito do objeto estudado, focalizando um determinado tópico implicado na pesquisa.

Carlini-Cotrim (1996) relata que para realizar e conduzir de forma adequada um Grupo Focal faz necessário manter a faixa entre seis a dez participantes, onde estes, se possível, não sejam familiares entre si (o que não é o caso deste trabalho por se realizar em um ambiente educacional), onde existem entre eles características comuns associadas ao estudo (no presente caso, as semelhanças são o desenvolvimento sexual e características de necessidades especiais); e por fim, a média de duração é por volta de uma hora e trinta minutos. Observamos que o recrutamento dos participantes serão os alunos portadores das mais diversas deficiências mentais matriculados no Centro de Ensino Especial – Guará, da rede pública de ensino especial do Distrito Federal, com idade entre 13 a 17 anos de ambos os gêneros.

O levantamento de informações por meio do Grupo Focal é um processo de discussão sobre determinado assunto, levando os participantes formarem suas respectivas opiniões com os outros.

Carlini-Cotrim observa que o pesquisador, o qual realizará um papel de moderador do grupo, precisa construir um ambiente onde se pode propiciar a colocação de percepções diferentes, assegurando a integridade moral de todos os participantes (1996).

As atividades do Grupo Focal serão por meio de tópicos relacionados ao tema sexualidade. Diferentemente da pesquisa quantitativa ou de entrevistas pré-elaboradas, estes tópicos não serão apresentados por meio de perguntas, e sim como estímulos, por meio de figuras e histórias, suscitando entre os participantes a colocação de seus respectivos comentários e posições a respeito do assunto e suas experiências relacionadas a esses estímulos.

Outro instrumento de apoio para o desenvolvimento da pesquisa é a dinâmica de grupo.

Existem diversos sistemas teóricos definindo como um grupo se comporta e interage. Na presente pesquisa consideraremos que o grupo é um sistema complexo de sujeitos que interagem entre si, onde estão implicados processos de comunicação, de emocionalidade e de posições sociais carregados de valores, crenças e sentidos (Minicucci, 2002).

Na presente pesquisa o diálogo possui uma óptica metodológica proposta por González Rey (2005, p. 45) de “*sistemas conversacionais*”, a qual não é caracterizada por uma espécie de entrevista no sentido de interrogatório (como é realizado no modelo positivista), mas como um caráter processual da relação com o pesquisado, implicando na autenticidade do pesquisador em colocar suas intervenções de forma espontânea, reflexiva e questionadora.

Uma consequência deste sistema é a co-responsabilidade desenvolvida entre os participantes, uma vez que se sentem sujeitos do processo, onde suas respectivas colocações serão de forma natural, expressando suas necessidades e interesses (*op. cit.*).

Com o que foi exposto, podemos compreender que a representação dos sistemas conversacionais proposto pelo autor citado é:

(...) uma aproximação do outro em sua condição de sujeito e persegue sua expressão livre e aberta. Nas conversações, devemos partir do mais geral ao mais íntimo, aproveitando os momentos em que a própria conversação vai entrando nessas experiências. A conversação é um sistema que nos informa as características e o estado dos que nele estão envolvidos, e esta informação é a que nos indicam os limites dentro dos quais nos moveremos. (...) Portanto, os sistemas de conversação expressam a qualidade da relação que define o espaço de pesquisa, relação que tem uma especial significação para o compromisso do sujeito com os diferentes instrumentos usados nesse processo (González Rey, 2005, p. 49).

2.3. Análise das Informações

Para a análise das informações levantadas na presente pesquisa considera-se dois aspectos fundamentais levantados por González Rey (2002).

- A influência do pesquisador no campo e a influência do campo no pesquisador.
- O reconhecimento da integração subjetiva do pesquisador no processo de pesquisa.

Isso reforça a idéia, como já vimos anteriormente, que a construção da informação de uma pesquisa qualitativa não se fundamenta na coleta de dados, mas se caracteriza pelo curso progressivo e aberto de um processo de construção e interpretação inerente na pesquisa.

Desta forma qual é o valor do dado? Para González Rey (2002) o dado é considerado como elemento que adquire significação para o problema estudado. E assim a construção da informação se fundamenta no confronto entre os dados e o curso do pensamento do pesquisador.

O dado por possuir profunda conotação objetiva (por se tratar de uma entidade objetiva que esboça o objeto estudado), ele representa assim a bússola do pesquisador, a qual possui uma característica de facilitar o desenvolvimento das idéias.

Durante o processo de pesquisa, identifica-se um conjunto de elementos, os quais são denominados por González Rey (2002) de indicadores. Durante este curso encontram-se indicadores precedentes, os quais são elementos de sentido dos indicadores conseqüentes. Estes indicadores se integram, adquirindo sentido e sendo passíveis de interpretação. Para González Rey (2002) a interpretação dos indicadores nunca tem caráter absoluto, ou seja, os indicadores só representam um primeiro momento na definição de uma zona de sentido sobre o assunto pesquisado, a qual se integra ao processo de uma construção teórica mais abrangente.

Como vimos inicialmente neste tópico, a pesquisa qualitativa adquirida neste trabalho, reconhece o valor da subjetividade do pesquisador no processo de produção do conhecimento. González Rey (2002) definiu este aspecto como lógica configuracional, a qual coloca o pesquisador no centro do processo produtivo e se refere aos diferentes processos de relação do pesquisador com o problema pesquisado.

É importante frisar que a lógica configuracional se diferencia do caráter lógico (processo de indução e dedução), uma vez que está apoiada pelos processos construtivos do pesquisador, os quais se determinam pelas necessidades próprias que experimentam durante a produção intelectual e pelos recursos de que dispõe para expressá-las em cada um dos momentos da pesquisa (González Rey, 2002).

A lógica configuracional tem como objetivo a expressão dos complexos processos que acompanham a expressão teórica do pesquisador durante a pesquisa. Estes complexos processos são irregulares e plurideterminados, envolvendo as necessidades intelectuais do pesquisador diante da realidade complexa que constrói.

González Rey (2002) afirma que a lógica configuracional não representa um processo consciente e intencional do pesquisador, mas sim, de forma criativa, um momento onde o pesquisador organiza a diversidade do estudado e de suas idéias, em “eixos” de produção teórica que encontram continuidade na construção teórica do assunto estudado.

2.3.1. Legitimidade do Conhecimento

Na presente pesquisa, ao invés de utilizar o termo validade (desenvolvido pelo positivismo), utilizará o termo legitimidade do conhecimento, desenvolvido por Lincoln e Guba (*apud* González Rey, 2002).

O conhecimento não se legitima por sua correspondência isomorfa ou linear como uma realidade externa a ele, se reduzindo aos conceitos descritivos passíveis de serem definidos de forma direta na realidade imediata.

Para legitimar o conhecimento não podemos descartar os limites que a realidade impõe ao processo e permite os movimentos inerentes a toda construção teórica (Mahoney, 1991 *apud* González Rey, 2002).

Para González Rey (2002) legitimar o conhecimento é necessário conservar seu caráter contínuo e congruente.

A continuidade é a capacidade da teoria para integrar em seus termos atuais novas áreas de sentido sobre o estudado.

Congruência é a possibilidade de enfrentar momentos de ruptura conservando sua integridade como teoria, isto é, sua capacidade para assimilar construções novas sem perder sua integridade.

Portanto, a legitimidade representa um processo de caráter mediato, cuja significação tem maior valor histórico que atual (González Rey, 2002).

Para González Rey (2002), ao reconhecermos estes aspectos, reconhecemos que a fonte do conhecimento está na produção teórica, portanto, uma idéia ou construção terá valor heurístico não pelo sistema de dados em que se apóia, mas por sua significação para os processos construtivos envolvidos com o momento atual da produção teórica do pesquisador.

2.4. Por um Sujeito Realmente Especial

Qual é o valor, a importância de realizar uma pesquisa sobre os processos subjetivos da sexualidade em portadores de deficiência mental?

Em primeiro lugar, consideramos que o presente trabalho se baseia com a Declaração de Direitos do Deficiente Mental, proclamada pela Assembléia Geral (A.G.) das Nações Unidas (ONU) de vinte de dezembro de 1971, onde no artigo 1º consta que todo deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, os mesmos direitos dos demais seres humanos, e logo posteriormente é aprovada a Resolução de nove de dezembro de 1975, onde declara os direitos de pessoas deficientes (incluindo a mental, a física, a biológica e de outras ordens), ressaltando mais uma vez no artigo terceiro desta resolução, que as pessoas deficientes têm os mesmo direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade, que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. Apesar de que ainda na psicologia não existir uma definição solidificada sobre o conceito de normal, uma vez que se torna relevantes os fatores sociais e culturais, podemos inferir de ambos os artigos a defesa de uma vida caracterizada dos direitos à escolaridade, ao desenvolvimento profissional e à orientação sexual.

Articulando os artigos expostos acima com o 2º da A.G. da ONU de vinte de dezembro de 1971, onde relata a promoção do direito à educação, a capacitação profissional, a reabilitação e a orientação que lhe permitam o desenvolvimento máximo de suas aptidões e habilidades (incluindo as relações afetivas e implicando que a orientação sexual e as práticas relacionadas a ela são também direitos dos portadores de deficiência mental, uma vez que, a aceitação do desenvolvimento sexual e a sua prática colaboram para o desenvolvimento pleno do ser humano).

Um outro artigo que enfatiza implicitamente o direito de relacionamentos afetivos sexuais é o sétimo da declaração da ONU de vinte de dezembro de 1971, onde afirma que se alguns portadores de deficiência mental não são capazes, devido a gravidade de suas limitações, de exercer afetivamente todos os seus direitos, ou se tornar necessário limitar ou até suspender tais direitos, a medida a ser empregada nesses fins deverá incluir salvaguardas jurídicas que protejam a pessoa portadora de deficiência mental contra qualquer tipo de abuso. Este artigo ainda ressalta que tal situação deverá ser avaliada periodicamente, reconhecendo a necessidade de apelar juridicamente para autoridades superiores.

E por último, mas não menos importante, e considerando que a pesquisa qualitativa também possui um caráter intervencional, também nos baseamos no artigo 6º proclamado pela A.G. da ONU em 1971 e 10º declarado pela A.G. da ONU em 1975 (ambas já citadas acima), os quais defendem que o portador de deficiência mental deve ser protegido de toda exploração e abuso (não só o físico e moral, mas também o sexual) ou qualquer outro comportamento degradante. Queremos dizer com isso, que também, por meio desta pesquisa podemos estar colaborando e orientando aos sujeitos pesquisados a se defenderem e a procurar ajuda contra toda e qualquer forma de violência.

Baseado juridicamente a relevância da pesquisa ainda destacamos a importância de identificar os processos subjetivos da sexualidade em portadores de deficiência mental, no intuito de extinguir o paradigma de eugenia tão presente implícita e explicitamente na nossa sociedade, onde esta ainda conserva o mito de uma sociedade “perfeita” composta por sujeito perfeitos (biologicamente, fisicamente e psicologicamente) aderindo a decisão de dissipar, banir as pessoas portadoras de qualquer natureza e origem de deficiência.

Sendo assim, defendemos a não extinção e a promoção de inclusão social de que porta algum tipo de deficiência.

E uma vez identificando os processos subjetivos da sexualidade da amostra em pauta, e divulgando tais resultados à família, à escola e à sociedade, estaremos “plantando sementes” para um pensamento transformador, suprimindo a cultura de eugenia, e promovendo uma maior igualdade social entre os portadores de deficiência mental e os não portadores.

Uma outra colaboração da presente pesquisa é a tomada de compreensão sobre os processos subjetivos vivenciados pelos adolescentes pesquisados, e

assim, com esta compreensão e entendimento, pode elaborar intervenções e orientações sobre a sexualidade de maneira inteligível para os pesquisados.

2.5. Cronograma da Pesquisa

A primeira etapa da pesquisa possui um cunho burocrático, ou seja, é a solicitação de autorização para realizar a pesquisa em determinada instituição escolar (no caso o Centro de Ensino Especial – Guará), e a autorização dos pais e / ou responsáveis para realizar a pesquisa com os seus filhos.

A segunda etapa da pesquisa se constituirá de seis tópicos durante seis dias por meio dos instrumentos já relatados anteriormente.

No primeiro dia será explanado aos adolescentes pesquisados o objetivo da pesquisa e se eles consentem em participar das atividades propostas. Por meio de materiais lúdicos, realizaremos dinâmicas de integração para a promoção do rapport e para criar uma base no relacionamento entre pesquisador – pesquisado. Trabalharemos também a importância do sigilo entre o que for exposto durante a pesquisa, uma vez que o ambiente escolar possui muitas brechas onde os alunos podem posteriormente criar brincadeiras as quais podem estigmatizar o sujeito da brincadeira. E para finalizar o primeiro dia, trabalharemos o tópico sobre a percepção do corpo humano, qual o sentido, as configurações relacionadas. Para isto, não utilizaremos questionários estruturados e nem semi-estruturados (como já foi colocado), mas sim utilizaremos figuras de corpos humanos em desenvolvimento, mostrando as diferenças de cada etapa (infantil – adolescente-adulto).

No segundo dia aplicaremos uma dinâmica sobre auto-conhecimento corporal (para lembrar o que foi colocado no dia anterior e suscitar mais alguns discursos que podem reafirmar o que já foi dito ou contradizer o exposto). Logo em seguida, entraremos no segundo tópico, por meio de dinâmica, onde possa trabalhar a percepção do outro e o seu corpo, e os possíveis sentimentos envolvidos e tentando identificar as construções de sentido envolvidas no tópico. Após este momento, estimularemos os pesquisados a falar sobre o (a) parceiro (a), por meio de fotos, desenhos e pinturas, e assim, identificar no discurso dos pesquisados, quais são os aspectos que procuram, as idealizações, se já ocorreram experiências afetivas e como foram (as construções de sentidos, as configurações envolvidas), e por fim, quais são as implicações familiares envolvidas quanto a este tópico.

No dia seguinte, lembraremos de forma breve, o que aconteceu no dia anterior e o que os pesquisados sentiram com a experiência vivida. Após este momento, o tópico a ser abordado serão a masturbação e a excitação, buscando compreender o que este fenômeno representa para os pesquisados, se já tiveram alguma experiência relacionada ao tópico, e quais foram os processos significativos relacionados ao tópico.

No dia posterior, será abordado, após a revisão dos acontecimentos do último tópico, o tópico sobre desejo / motivação sexual, procurando compreender dos pesquisados o que pensam sobre o assunto, o que sentem, o que representa, quais processos de significados envolvidos, quais configurações construídas. Identificar se algum dos pesquisados já tiveram uma experiência relacionada ao tópico, e se positivo e possível, solicitar que o sujeito exponha para o grupo como foi a situação e como ele vivenciou tal experiência.

3. Construção da Informação

3.1. Sobre a pesquisa

Por meio de relatos obtidos por intermédio de estímulos visuais como figuras apresentando o desenvolvimento das características sexuais secundárias masculinas e femininas, dos órgãos genitais de ambos os gêneros, e fotos de revistas apresentando pessoas de mãos dadas e se beijando aos sujeitos pesquisados, pôde-se obter informações e indicadores de maneira implícita e indireta, construindo interpretações por meio do confronto entre indicadores e teoria, onde esta construção é orientada pelo caráter construtivo-interpretativo, dentro de um processo caracterizado por uma rede de zonas de sentido, levando a compreender os elementos do cenário subjetivo dos sujeitos pesquisados, onde cada um constrói de maneira singular as formas de significar, configurar e experienciar os aspectos relativos à sexualidade e ao sexo.

A construção da informação no presente capítulo possibilita, por meio do estudo de sistemas conversacionais e entrevista semi-estruturada, analisar e discutir os resultados bem como por meio de articulações e confrontos teóricos, a construção de um processo progressivo, ativo e aberto de interpretação, formando um momento intenso de idéias acerca dos níveis de conceituação singular à respeito dos temas abordados sobre a sexualidade dos sujeitos pesquisados.

Este momento da pesquisa favorece abordar e construir como a emoção e a interação com o meio atuam dentro das complexas configurações subjetivas a respeito da sexualidade, das fantasias e de suas respectivas práticas.

Neste capítulo, as análises se encontram dispostas dentro de unidades de reflexão e construção, onde estão colocados os principais dados e indicadores, concomitantemente, suas respectivas construções e interpretações, destinando-se a avançar na compreensão de como cada aspecto da sexualidade foi tomando formas e configurações implicadas nos sujeitos pesquisados.

3.2. Cenário da Pesquisa

Os sujeitos pesquisados são: quatro adolescentes, sendo três do sexo masculino e um do feminino. Eles são: **R** de 14 anos, **V** de 22 anos, **E** de 15 anos e a adolescente **F** tem 16 anos, todos matriculados na rede pública de ensino especial do Distrito Federal.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado no pátio da escola, uma vez que esta não tinha um espaço reservado para tal realização onde pudesse preservar a integridade plena dos sujeitos. Apesar desta condição do ambiente, acredita-se que não foi motivo de barreiras para o desenvolvimento da pesquisa.

Alguns professores (em momentos informais da pesquisa) proferiram que preferem que os alunos sejam orientados ao invés de pesquisados. Aparentemente não conhecem o real valor da pesquisa.

O que podemos refletir em cima desta posição é a questão da orientação e da relevância da pesquisa. Qual seria a finalidade da orientação, reprimir ou conscientizar sobre os aspectos da sexualidade? Como podemos desenvolver uma orientação efetiva para os adolescentes portadores de Deficiência Mental sem procurar conhecer e compreender as configurações construídas, os sentidos que permeiam os aspectos referentes à sexualidade e os demais processos subjetivos envolvidos? E a pesquisa seria uma atividade irrisória? E quanto aos avanços das pesquisas, não só nas áreas de tecnologia, farmacologia e biologia, mas também nas áreas socas e humanas!? Não houve contribuições e desenvolvimento de projetos a partir da pesquisa?

Para finalizar, uma dificuldade marcante ao longo da pesquisa foi o fenômeno da “não-frequência” dos alunos na instituição escolar. Porém, como esta pesquisa possui um caráter epistemológico qualitativo, acredita-se que não houve “prejuízos” nas informações levantadas.

1ª Unidade de Reflexão e Construção

- Corpo e Percepção Corporal

O primeiro momento realizado com os adolescentes pesquisados teve o intuito de compreender a partir da subjetividade individual como se configura a percepção corporal e concomitantemente, quais os significados e sentidos subjetivos relacionados ao próprio corpo.

Inicialmente, solicitaram-se aos adolescentes que eles desenhasssem uma pessoa em folhas de papel pardo individualmente, e após esta atividade, procurou-se saber se os pesquisados tinham noção e consciência do corpo de forma geral e de suas partes.

Os quatro sujeitos, apesar de serem orientados a desenhar qualquer tipo de corpo (esbelto, obeso, grande ou pequeno) e de qualquer gênero, eles projetaram no desenho o seu próprio gênero e corpo, e eles apresentaram consciência de cada parte do corpo, como o lugar das mãos, braços, pernas, pés, etc. Exemplos dessa projeção foram: O adolescente **R**, que entre o grupo é o de maior estatura, desenhou um corpo esbelto e comprido, onde a folha foi posicionada no sentido vertical, oferecendo uma óptica de grandeza, estando assim, relativo ao seu corpo. **V**, que também posicionou a folha verticalmente, desenhou um corpo largo, que apesar de ocupar a maior parte do comprimento da folha, o seu desenho oferece uma óptica de largura e de estatura baixa, características estas próprias de seu corpo.

Os outros dois adolescentes posicionaram as folhas no sentido horizontal, colocando as características que os identificavam. No caso de **E** a barba e de **F** os cabelos até os ombros e a saia representando sua feminilidade.

Estes desenhos representam a forma como eles configuram os próprios corpos, e desta forma, as configurações projetadas nos desenhos estão congruentes com a realidade, não apresentando distorções do seu corpo real com a percepção corporal, como acontece em casos de pessoas com anorexia.

Logo em seguida, buscou conhecer quais são os sentidos relativos ao próprio corpo e assim, encontramos os seguintes dados:

Pesquisador (P): Como vocês sentem o próprio corpo?

F: Sinto Bem.

E: Sinto gordinho... Grande.

R: Grande, forte...

V: Grande, grande... As mãos... É grande.

P: Qual é a maior parte de seu corpo, **V**?

V: As mãos.

Antes de prosseguir, observa-se que muitas das respostas dos adolescentes pesquisados, que apesar de serem simples e curtas, possuem uma gama de sentidos e significados subjetivos.

F, por exemplo, ao responder que sente bem, compreende-se que ela aceita o seu corpo e se percebe como uma pessoa bonita. Enquanto **E** ao autodenominar-se como gordinho e grande, se configura como uma pessoa forte. Este significado está congruente com seu aspecto físico, que apesar de ter uma estatura baixa, apresenta ótimo desenvolvimento muscular nos braços. (Em um momento informal da pesquisa, identificou-se por meio dos relatos da mãe de **E** que este pratica judô e é um bom atleta). Pode-se inferir então, que a prática desportiva influenciou **E** nesta construção configuracional, um corpo forte representado pelas palavras gordinho e grande.

R configura o seu corpo, assim como ele projeto no desenho, uma pessoa alta e forte.

Já **V** apresentou uma curiosidade. No desenho ele se projeta como uma pessoa pequena, onde está representada apenas a cabeça e o tronco (não apresentando os braços, as mãos, as pernas e os pés). Porém ele percebe o seu corpo como grande e as mãos sendo a maior parte do seu corpo. Este adolescente é o menor entre os pesquisados e possui um corpo fragilizado por ter passado por uma série de intervenções cirúrgicas, especialmente no coração, devido à síndrome que porta. Percebe-se então, que assim como **E**, grande para **V** é significado de força, que mesmo enfrentando uma série de cirurgias, permanece com o seu corpo “intacto”.

Em outro momento informal da pesquisa, **R** apresentou um curativo no dedo, dizendo que tinha se cortado no dia anterior e que sentiu dor no momento do acidente. Desta forma, procurou-se saber se os demais pesquisados já sentiram dor alguma vez. Curiosamente, **V** foi o único adolescente a negar a dor. Ele então foi questionado se alguma vez sofreu algum machucado em alguma parte do corpo, e mais uma vez ele negou. O que também torna surpreendente é que este adolescente possui algumas cicatrizes das cirurgias na região torácica. Pode-se

compreender então que o significado de dor para **V** é sinônimo de fraqueza, e aparentemente, ele não quer demonstrar esta face de seu corpo e de sua subjetividade.

Ainda neste momento da pesquisa, o grupo foi questionado se eles sentiram ou sentem algumas modificações no corpo.

R: Sim... Cabelos no sovaco... A voz... Grossa.

V: É... (apontando para a axila) cabelos.

E: Tenho também... Senti forte. (Passando as mãos nos braços e na região torácica)

F: Meu corpo é de bebezinha... Mamãezinha disse.

Pode-se perceber que os adolescentes **R**, **V** e **E** possuem consciência das modificações biológicas, porém ao procurar saber se houve alguma modificação na forma de interagir com a família, com os amigos e demais atividades, eles não souberam responder, como por exemplo, o início de interesse afetivo e sexual pelo sexo oposto (ou por pessoas do mesmo sexo), comportamento diferenciado com a família, entre outras interações. Pode-se supor que este relato é devido a repressão sexual que eles vivenciam por parte direta e indireta da família, escola e da sociedade de forma geral.

Já no caso de **F**, que de certa forma ela nega as transformações corporais afirmando, por influência da mãe, que o seu corpo é de bebê. Por trás deste relato, percebe-se a infantilização de **F** e também a repressão sexual de forma mais intensa, configurando a idéia de um corpo infantil, que não possui as características sexuais secundárias e de um ser assexuado.

Observou-se que ao longo da pesquisa, apenas **E** e **R** se expressavam com o seu corpo, ou seja, tocando nele para expressar os sentimentos e para falar de suas transformações corporais (como na presente situação). **V**, em raros momentos, tocava sutilmente em seu corpo, como foi apresentado anteriormente.

Inferi-se que tanto **F** como **V** não possuem tanta intimidade com o corpo assim como **E** e **R**.

Esse aspecto também se refletiu quando foi pedido para cada adolescente falar qual era a parte de seu corpo que mais gostavam. Apenas **E** e **R** falaram e expressaram com os próprios corpos de forma espontânea (o peito e os braços respectivamente). Já **F** e **V** (barriga e peito respectivamente) apenas falaram

cabisbaixos, dando um sentido de vergonha de relatarem qual é a parte do corpo que mais gostam.

2ª Unidade de Reflexão e Construção

- O Corpo do Outro

No segundo momento da pesquisa, procurou-se compreender como os adolescentes configuram e dão significado ao corpo do sexo oposto e quais são os sentimentos e sensações corporais ao se sentirem atraídos por alguém.

Para estimulá-los a se colocarem diante do contexto, foi apresentado aos pesquisados duas figuras, onde uma delas representava o desenvolvimento corporal e das características sexuais secundárias masculinas e a outra representava o mesmo conteúdo, mas sobre o sexo feminino.

O primeiro contato destas figuras com os adolescentes levou-lhes a expressarem vergonha, exemplo disso, foram os rostos avermelhados, risos e olhos arregalados, representando a curiosidade (provavelmente reprimida).

E assim, os adolescentes foram estimulados a falarem como se sentiam quando se encontravam perto de alguém que os chamassem a atenção, onde de certa forma os atraíssem:

P: Quando vocês encontram alguém, que atraem vocês, como se sentem?

R: Vergonha.

P: Como assim, **P**?

R: Fico gelado!

P: Você pode me explicar esse gelado?

R: Meu corpo... Gelado (passa as mãos nos braços).

E: Gatinha... É bom, é bom!

P: Explica-me sobre esse bom!

E: Excitado... É bom... Excitado.

P: E para vocês, **V** e **F**?

V: Eu também... Excitado!

F: Eu não.

P: O que é não?

F: Mim não gosto.

P: Você não gosta de meninos?

F: É... Mamãezinha não deixa, não pode!

P: Mas você gosta de algum menino?

F: Não... Mamãezinha não deixa!

Mais uma vez aqui se encontra configurado na subjetividade da adolescente **F** (e nesse momento de **R** também) os resquícios do período vitoriano, onde a vergonha e a repressão dominavam os “debates” sobre os segredos da sexualidade. No caso de **F**, esta repressão toma forma e intensidade, sendo impedida de desenvolver um relacionamento com o outro. Porém, como esta adolescente desenvolverá um relacionamento corporal com o outro (independente de gênero e atividade) sendo que ela não se encontra íntima com o próprio corpo? Ainda nesta segunda etapa da pesquisa, ela relatou que o corpo de menino é feio (e ao saber o porquê desta configuração, **F** respondeu que sua mãe diz isto a ela). Porém, ao meio desta realidade complexa, **F** se contradiz no final da pesquisa relatando que o “tio B” (professor de educação física da escola) é “bonito, gato”, demonstrando assim o seu interesse em figuras masculinas. Este aspecto será abordado nas unidades seguintes.

Pode-se perceber que por mais que exista uma intensa repressão sexual em **F**, as configurações subjetivas a respeito desta dimensão humana, são construídas por significados próprios sem a influência repressora da mãe, e sim pelas suas demais interações, como as que ocorrem na escola.

Quanto a **R**, a sensação de gelado que ele sente pode estar relacionado aos “segredos” não revelados sobre sexo e sexualidade. Além disso, ainda existe a falta da inserção social destes adolescentes, onde eles não apreendem as diversas formas de relacionamento.

Diferentemente, **E** e **V** expressam de forma direta o que eles sentem (excitação), porém com significados subjetivos diferentes. Como no caso de **E**, onde em outro momento informal da pesquisa, foi observado este adolescente tentando forçar um beijo na boca de uma outra garota da escola, e esta, resistentemente se defendendo da ação de **E**. Pode-se constatar com este fato que a excitação de **E** não é orientada, ou seja, que para construir um relacionamento amoroso é necessário o consenso e o querer de ambos os sujeitos. Sobre este aspecto, Gheperlli (1995, p. 68) afirma que existe a probabilidade dos sujeitos portadores de alguma deficiência mental possuir dificuldades em lidar com as novas sensações relacionadas à sexualidade, não conseguindo compreender e nem controlar os impulsos sexuais, assim como é com os demais sentimentos, como a raiva.

3ª Unidade de Reflexão e Construção

- Relacionamento Amoroso

A próxima etapa da pesquisa procurou conhecer quais eram os interesses em estabelecer um relacionamento afetivo (namoro) e quais as configurações e significados correlacionados.

Os adolescentes foram estimulados a falarem (por meio de fotos de revistas onde as pessoas se beijavam) se namoram (ou se já namoraram) ou se passaram por alguma experiência afetiva. A seguir estão as principais informações levantadas:

R: Tenho namorada... É **Fa**.

P: Como vocês namoram?

R: Namoro de mãos dadas... Beijo aqui (apontando o dedo indicador na face).

E: Beijo na boca!

P: Você tem namorada também, **E**?

E: Não, mas beijei na boca!

P: E como foi para você beijar na boca?

E: (Risos)... Bom... Quente!

P: Como é esse quente?

E: Aqui (passando a mão no corpo)... Corpo (risos).

P: E para você, **R**, como é com a **Fa**?

R: (Risos)... É gelado!

P: E você **F**, tem namorado?

F: Não!

P: Gostaria de namorar?

F: Não... Mamãezinha não deixa!

P: Mas você acha que namorar pode ser bom?

F: Não... É mal...Eu não gosto!

P: Como assim é mal?

F: Mamãezinha disse... É mal. Ela briga!

P: Mas você já beijou algum menino?

F: Não (risos).

P: Esse riso parece que você já foi beijada por alguém...?

F: ... (Balança a cabeça positivamente)

F: Mamãezinha não deixa, ela bate! Não pode!

Aqui se encontra as diferentes formas e significados de namoro e os sentimentos relacionados. Para **R**, quando ele namora **Fa**, ele se sente gelado, e a forma de expressar o seu afeto é beijando a face da adolescente e andar de mãos dadas. Pode-se inferir que ele sente os impulsos sexuais, mas a sensação de sentir-se gelado, que está associado ao sentimento de vergonha, se transforma em uma barreira, que o impede de expressar sua sexualidade de forma mais direta, como é no caso de **E**. Como o adolescente **R** não possui muitas interações sociais e muitas vezes são restringidas (principalmente pela família) apresenta dificuldades de aprender os códigos e regras sociais, e assim não sabe “o que fazer” diante de **Fa**. O adolescente **E** afirma (não se sabe se é em nível real ou imaginário) sua sexualidade sem dissimular, e o sentido construído por ele é de uma sensação aberta à sensibilidade e à emoção, de algo quente! Pode-se inferir também que o gelado que **R** sente esteja relacionado às expectativas levantadas por ele em relação a **Fa**, e assim, ele não se abre às novas emoções e a possíveis novas configurações que podem ser geradas.

Quanto à **F**, encontra-se neste momento, mais uma vez, a dimensão da repressão promovida pela mãe. O que torna dissidente no caso desta adolescente é a possibilidade que a força da repressão no intuito de combater um fenômeno da dimensão do ser humano, no caso a sexualidade, de promover frustrações e infelicidade para **F**. Se a repressão desenvolvida pela figura materna tem a intenção de promover a segurança própria da adolescente, como o interesse de prevenir de um possível abuso sexual, a repressão deveria ser substituída pela orientação e pela escuta dos anseios da adolescente.

De um modo geral, pode-se perceber que “namorar”, para estes adolescentes não possui a mesma conotação que para as pessoas não portadoras de deficiência mental, onde o sentido construído é de estar perto de alguém que se goste muito.

4ª e 5ª Unidades de Reflexão e Construção

- Masturbação e Sexo

Neste tópico serão abordadas a 4ª e a 5ª unidades em conjunto, por serem expressão direta da sexualidade. (Nos dois dias da pesquisa, **V** estava ausente).

Ao se tocar no assunto masturbação, os três adolescentes (**F** não estava presente neste dia sobre este assunto) não souberam responder, não entendiam o significado da palavra. Desta forma, foi explanado que a masturbação é um exercício onde a fantasia e a imaginação são predominantes. Após a explicação, apenas **R** disse que já fez tal exercício, porém não relatou o que sente e nem os significados das suas configurações. Isso não quer dizer que ele não construiu configurações a respeito da masturbação, mas que ele pode estar ocultando ou dissimulando suas configurações ao permanecer em silêncio durante a atividade da pesquisa.

Em diálogo com a sua responsável (avó), ela relatou que **R** se masturba compulsivamente e em qualquer lugar da casa. Esta compulsão de **R** pode ser uma forma de compensar, de suprir suas necessidades, não necessariamente de ordem sexual, mas de ordem social, desportiva e outras, uma vez que este adolescente, como já foi colocado anteriormente, não possui muitas interações sociais. É importante então, no caso de **R** procurar saber quais são as suas necessidades que estão sendo negligenciadas.

Quanto à questão sobre a atividade sexual, eles responderam que sexo para eles era:

E: Beijar na boca... Ir para o cinema.

R: Não sei... É o corpo!?

F: Não sei.

P: Alguém já falou algo para vocês sobre sexo?

E: Não

R: Não

F: Não.

Mais uma vez houve a necessidade de explicar o que é a atividade sexual e suas formas. Percebe-se desta forma que estes adolescentes não tiveram uma orientação efetiva sobre sexualidade e sexo, e podemos ainda inferir, que estes temas ainda causam algum tipo de receio para ser abordado. Pode-se inferir também, que a ocorrência deste fato representa que qualquer expressão da sexualidade é algo proibido para os sujeitos, algo que incomoda os responsáveis

(pais e professores), e assim, tendo o receio de falar sobre esta dimensão intrínseca à personalidade de cada um.

Porém, **E** com os seus recursos subjetivos, construiu uma configuração que sexo é beijar na boca e ir passear (no cinema) Esta atividade para este adolescente implica em uma série de emoções e vivências positivas, onde, por meio dos seus recursos subjetivos, consegue atingir sua realização sexual.

Já para **R**, ele pode estar confundindo sexualidade com atividade sexual, ao perguntar se sexo é o corpo.

Quanto a **F**, o seu não saber pode ter fortes influências da mãe, a qual realiza a repressão sexual. Contudo, no final da pesquisa, **F** “confessou” gostar de uma pessoa, que como foi relatado anteriormente, é o “**tio B**”, seu professor de educação física. Ela disse que gostaria de namorar ele. Pode-se ver com isto, que mesmo sobre uma intensa repressão, a subjetividade desta adolescente desenvolveu meios de organizar os seus próprios significados quanto aos tipos de homens de sua preferência, que ainda camuflando os seus sentidos sobre a sexualidade, ela demonstra com este relato o seu interesse pelos aspectos sexuais, tomando uma posição oposta à mãe e se contradizendo, uma vez que ela concorda com a posição materna de que corpo de menino de feio, mas o corpo do **tio B** é ‘gato’.

O que se entende diante destas exposições é que a cultura da eugenia ainda impera nos lares de adolescentes portadores de deficiência mental, causando repressões, frustrações, desvaforecendo o desenvolvimento pleno da personalidade do sujeito, desorientando este de como lidar com o seu corpo que se transforma, e esta modificação é negada, criando dúvidas e receios de como se expressar afetivamente, e quando, como e aonde deve iniciar e desenvolver uma atividade sexual.

Paiva (1996 *apud* Kahhale, 2001, p.185) afirma que no Brasil é amplamente aceitável que os adolescentes sejam sexuados. Porém levanta-se a seguinte questão: Quais adolescentes são considerados como sexuados? Pois o que se percebe nesta pesquisa é uma tentativa de “prevenção” do desenvolvimento sexual em adolescentes portadores de deficiência mental.

4. Conclusão

O cenário da presente pesquisa apresenta configurações revestidas de preconceito e discriminação em relação aos portadores de deficiência mental por parte da família, da escola e da sociedade de forma geral.

Estas atitudes conservadoras, que implicitamente, tem um caráter eugênico, ao invés de proteger o sujeito, diminui a possibilidade dele se desenvolver como pessoa, restringindo e / ou excluindo de práticas sociais importantes como o esporte, grupos de amigos e assim, consolida, aprimora e expande-se a idéia absurda, equivocada de que sujeitos portadores de deficiência mental tem que ser protegidos da sociedade.

Esta concepção de que pessoas com tal deficiência têm que ser protegidas da sociedade, pode ser a máscara da realidade: “Nós, a sociedade, temos que nos proteger e nos defender dos diferentes”.

É necessário romper com o silêncio que envolve a deficiência mental, principalmente a respeito da sexualidade, onde esta é considerada como intrínseca à dimensão humana, ou seja, os sujeitos portadores de deficiência mental são assexuados. Este silêncio destina-se a contagiar os próprios adolescentes, uma vez que, em muitos momentos da pesquisa, as respostas predominantes foram o “não sei” e o silêncio propriamente dito.

É importante frisar que este silêncio não deixa de ser um indicador e / ou dado da pesquisa, mas pelo contrário, ele relata os significados vitorianos ainda presentes em nossa realidade.

Outra “revelação” da pesquisa é a intimidade limitada que alguns adolescentes apresentaram em relação ao próprio corpo, impossibilitando-os de se expressarem de forma espontânea e de construir e solidificar relacionamentos com os outros à sua volta.

E quanto a essa questão de relacionamento verificou-se que namorar para este grupo possui uma conotação diferente, um sentido de apenas estar perto de alguém que se gosta muito.

Em um caso específico encontrou-se um comportamento compulsivo de masturbação, o qual pode ter sido desenvolvido pelas restrições sociais, e assim,

esta atitude possui um sentido de compensar as suas demais necessidades, como interação entre amigos, passeios, e práticas desportivas.

E sobre o assunto sexo, o silêncio significou como algo desconhecido, como jamais escutado anteriormente, apesar de que, em um caso específico, trouxe-se uma conotação diferente e “inocente”, como o ato de “beijar na boca”.

Diante destes fatos, ressalta-se a importância de romper o silêncio acadêmico, social, escolar e familiar diante do assunto sexo associado à deficiência mental. Silêncio este que poucas vezes foi interrompido, como Bastos e Deslandes (2005) relatam os escassos trabalhos realizados neste âmbito, onde foram analisados a produção de pesquisas (dados da Bireme) entre 1990 a 2003, onde no total de mais de 3.290 artigos que envolvem o tema deficiência mental, apenas 21 destes envolvem o tema da sexualidade. É de suma importância que os meios acadêmicos “acordem” para este campo de atuação, reconhecendo e considerando o real valor e a sua relevância para a sociedade.

RECOMENDAÇÕES

É interessante desenvolver no espaço escolar um momento de atividades onde os adolescentes podem se sentir seguros para se expressarem e para colocarem as suas dúvidas, e assim serem orientados, não no sentido de serem estimulados e nem reprimidos, mas sim que seja um processo de conscientização de seu corpo, de suas sensações, sentimentos e desejos, onde eles possam estar adquirindo noções de como diferenciar o ambiente público e o privado.

Também é relevante realizar trabalhos com os professores na intenção deles saberem agir de forma coerente e correta e não leigamente diante de situações constrangedoras. Com este público abordaria questões e conceitos sobre sexualidade, o seu desenvolvimento e construção, levando-os a compreender as atitudes dos adolescentes portadores de deficiência mental.

Por último, mas não menos importante, a escola poderia também realizar atividades com os pais, levando-os a escutar melhor os seus filhos, a ajudarem os adolescentes a serem inseridos na sociedade.

Porém, para realizar estas três frentes de “intervenções”, faz-se necessário realizar pesquisas no intuito de procurar saber “o que fazer, para que fazer, por que fazer” e assim construir o “como fazer” dando sentido da atividade para os participantes.

APÊNDICES

CONVITE

Srs. Pais e / ou Responsáveis,

A equipe de Monografia do Centro de Ensino Universitário - UniCEUB, orientada pelo Prof. Dr. González Rey, estará realizando uma pesquisa, por meio do graduando Bruno Nogueira da Silva Costa – R.A. 20125205, sobre as transformações corporais, processos psicológicos e a sexualidade nos adolescentes portadores de necessidades especiais e seus respectivos sentidos da presente instituição.

Para tal realização, estamos convidando os senhores para participar da palestra “Sexualidade e Portadores de Necessidades Especiais”, onde serão prestados aos pais e/ou responsáveis pelos alunos, os esclarecimentos necessários, quanto aos pontos e objetivos da pesquisa a ser realizada na própria Instituição.

Informamos, por oportuno, que a Palestra proposta se realizará no dia 10 de outubro de 2005 (segunda-feira), a partir das 8 horas, com a duração entre 1h30min e 2h.

Ressaltamos ainda, que é de suma importância a presença dos pais e/ou responsáveis, para melhor compreender os aspectos psicológicos de seu (sua) filho (a).

Atenciosamente,

Bruno Nogueira da Silva Costa
Coordenador da Pesquisa

Denise
Diretora do Centro de Ensino Especial - Guará

AUTORIZAÇÃO

Srs. Pais e ou Responsáveis,

Vimos solicitar a autorização de Vossa Senhoria, para que o seu (sua) filho (a) participe das atividades da pesquisa sobre os processos psicológicos envolvidos no desenvolvimento sexual, que se realizará no Centro de Ensino Especial – Guará, coordenado pelo graduando Bruno Nogueira da Silva Costa e supervisionado pelo Profº. Dr. González Rey do Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB.

Enfatizamos que a identificação e a integridade moral de seu (sua) filho (a) permanecerão em sigilo, ou seja, nenhuma das informações citadas acima será divulgada.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o meu (minha) filho (a) _____ a participar das atividades de pesquisa sobre processos psicológicos da sexualidade em adolescentes Portadores de Necessidades Especiais, coordenado pelo graduando Bruno Nogueira da Silva Costa e supervisionado pelo Profº Dr. González Rey, sendo que todas as informações sobre a identificação permanecerão em sigilo acadêmico.

Assinatura do Pai e / ou Responsável

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO DEFICIENTE MENTAL

Proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971

ARTIGO 1

O deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, os mesmos direitos dos demais seres humanos.

ARTIGO 2

O deficiente mental tem o direito à atenção médica e ao tratamento físico exigidos pelo seu caso, como também à educação, à capacitação profissional, à reabilitação e à orientação que lhe permitam desenvolver ao máximo suas aptidões e possibilidades.

ARTIGO 3

O deficiente mental tem direito à segurança econômica e a um nível de vida condigno. Tem direito, na medida de suas possibilidades, a exercer uma atividade produtiva ou alguma outra ocupação útil.

ARTIGO 4

Sempre que possível o deficiente mental deve residir com sua família, ou em um lar que substitua o seu, e participar das diferentes formas de vida da sociedade. O lar em que vive deve receber assistência. Se for necessário interná-lo em estabelecimento especializado, o ambiente e as condições de vida nesse estabelecimento devem se assemelhar ao máximo aos da vida normal.

ARTIGO 5

O deficiente mental deve e poder contar com a atenção de um tutor qualificado quando isso se torne indispensável à proteção de sua pessoa e de seus bens.

ARTIGO 6 (primeira parte)

O deficiente mental deve ser protegido de toda exploração e de todo abuso ou tratamento degradante.

ARTIGO 6 (segunda parte)

No caso de ser um deficiente objeto de ação judicial ele deve ser submetido a um processo justo, em que seja levado em plena conta seu grau de responsabilidade, de acordo com suas faculdades mentais.

ARTIGO 7

Se alguns deficientes mentais não são capazes, devido à gravidade de suas limitações, de exercer afetivamente todos os seus direitos, ou se se tornar necessário limitar ou até suspender tais direitos, o processo empregado para esses fins deverá incluir salvaguardas jurídicas que protejam o deficiente contra qualquer abuso. Esse procedimento deverá basear-se numa avaliação da capacidade social do deficiente por peritos qualificados. Mesmo assim, tal limitação ou suspensão ficará sujeita a revisões periódicas e reconhecerá o direito de apelação para autoridades superiores.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em
09/12/75

A Assembléia Geral

Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social,

Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta,

Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes,

Enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental,

Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal,

Consciente de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

(*)O parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: "Sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódicas e ao direito de apelo a autoridades superiores".

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento,

serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

Resolução adotada pela Assembleia Geral da Nações Unidas 9 de dezembro de 1975 Comitê Social Humanitário e Cultural

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anache, A. A. O Diagnóstico Psicológico na Abordagem Qualitativa oferecendo Visibilidade ao Sujeito com Retardo Mental Grave, *in* Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia, González Rey (Org.) São Paulo, Thomson, 2005.
- Araújo, M.L.M. A Construção Histórica da Sexualidade *in* O Prazer e o Pensar: Orientação Sexual para Educadores e Profissionais da Saúde (vol. 1), Marcos Ribeiro (org.), São Paulo, Gente, 1999.
- Bastos, O. M.; Deslandes, S. F. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Ciências e Saúde Coletiva*, Vol. 10, nº2, p.389-397, 2005.
- Bíblia Sagrada. 6ª ed., tradução dos originais mediante a versão dos monges de Maredsous (Bélgica), pelo Centro Bíblico Católico, São Paulo, Ave Maria, 1996.
- Brandão, M.L. Psicofisiologia: As Bases Fisiológicas do Comportamento São Paulo Ed. Atheneu, 2ª edição, 2002.
- Cabral, J.T. A Sexualidade no Mundo Ocidental, 2ª ed., São Paulo, Papirus Editora, 1999.
- Caridade, A. A Construção Cultural da Sexualidade *in* O Prazer e o Pensar: Orientação Sexual para Educadores e Profissionais da Saúde (vol. 2), Marcos Ribeiro (org.), São Paulo, Gente 1999.
- Carlini-Cotrim, B. Potencialidades da Técnica Qualitativa Grupo Focal em Investigações sobre Abuso de Substâncias. *Revista Saúde Pública*, vol.30, no.3, p.285-293, 1996.
- Cavalcanti, R; Cavalcanti, M. Tratamento Clínico das Inadequações Sexuais – 2ª Edição, São Paulo, Roca, 1996.
- Dalgalarrondo, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- Declaração dos Direitos do Deficiente Mental *in*
<http://www.cedipod.org.br/w6dddm.htm>
- Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes *in*
<http://www.cedipod.org.br/W6ddpd.htm>

- Fonseca, V. Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Feuerstein. 2ª edição, Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- Gheperlli, M.H.V. Diferente, Mas Não Desigual: A Sexualidade no Deficiente Mental. São Paulo, Gente, 1995.
- Giddens, A. A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas, São Paulo, UNESP, 1993.
- González Rey Sujeito e Subjetividade: Uma Aproximação Histórico-Cultural. Tradução de Raquel de Souza Lobo Guzzo, São Paulo, Thomson Learning, 2003.
- . Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios. São Paulo, Thomson, 2002.
- . Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os Processos de Construção da Informação. São Paulo, Thomson Learning, 2005.
- Gordon, R. A Assustadora História do Sexo, tradução de L. Alves e A. Rabello, São Paulo, Ediouro, 2002.
- Kahhale, E, M. P. Subsídios para Reflexão sobre Sexualidade na Adolescência *in* Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia, Anna M^a. Bock; M. Graça M. Gonçalves & Odair Furtado (orgs.), São Paulo, Cortez, 2001.
- King, H. Preparando o Terreno: Sexologia Grega e Romana *in* Conhecimento Sexual, Ciência Sexual: A História das Atitudes em Relação à Sexualidade, Potter, R.; Teich, M. (orgs.) São Paulo, UNESP, 1998.
- Leiblum, S.R. & Pervin, L.A. (orgs) Princípios e Prática da Terapia Sexual, Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- Martinez, A.M. A Teoria da Subjetividade de González Rey: Uma Expressão do Paradigma da Complexidade na Psicologia *in* Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia. González Rey (Org.), São Paulo, Thomson, 2005.
- Minayo, M.C.S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.
- Minicucci, A. Dinâmica de Grupo: Teorias e Sistemas. 5ª Edição São Paulo, Atlas, 2002.
- Silva, M. C. A. A História da Terapia Sexual *in* Aprimorando a Saúde Sexual: Manual de Técnicas de Terapia Sexual. Rodrigues Júnior, O.M., (Org.), São Paulo, Sumus, 2001.

- Ribeiro, M.O. A Sexualidade Segundo Michel Foucault: Uma Contribuição Para a Enfermagem, *in* Revista Escola de Enfermagem – USP, v. 33, nº 4, p. 358-363, São Paulo, 1999.
- Ratner, C. A Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky: Aplicações Contemporâneas. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- Sprovieri, M.H. & Assumpção JR., F.B. Deficiência Mental: Sexualidade e Família. São Paulo, Manole, 2005.